

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luana de Lima da Silva

**CLUBES SOCIAIS NEGROS NA REGIÃO CARBONÍFERA DO RIO GRANDE DO
SUL: RACISMO, RESISTÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA A PARTIR DA
SOCIEDADE RECREATIVA OURO PRETO (1944-1980)**

Porto Alegre

2022

Luana de Lima da Silva

**CLUBES SOCIAIS NEGROS NA REGIÃO CARBONÍFERA DO RIO GRANDE DO
SUL: RACISMO, RESISTÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA A PARTIR DA
SOCIEDADE RECREATIVA OURO PRETO (1944-1980)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr.^a Clarice Gontarski Speranza

Porto Alegre

2022

Luana de Lima da Silva

**CLUBES SOCIAIS NEGROS NA REGIÃO CARBONÍFERA DO RIO GRANDE DO
SUL: RACISMO, RESISTÊNCIA E TRAJETÓRIAS DE VIDA A PARTIR DA
SOCIEDADE RECREATIVA OURO PRETO (1944-1980)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr.^a Clarice Gontarski Speranza

BANCA EXAMINADORA:

Prof.a Dra. Clarice Gontarski Speranza (orientadora) - UFRGS

Prof.a Dra. Fernanda Oliveira da Silva - UFRGS

Dra. Tassiane Mélo de Freitas - IFSul

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Luana de Lima da
Clubes sociais negros na região carbonífera do Rio Grande do Sul: racismo, resistência e trajetórias de vida a partir da Sociedade Recreativa Ouro Preto (1944-1980) / Luana de Lima da Silva. -- 2022.
54 f.
Orientadora: Clarice Gontarski Speranza.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Pós-abolição. 2. Região carbonífera do RS. 3. Clubes sociais negros. 4. Mulheres negras . I. Gontarski Speranza, Clarice, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família materna, minhas raízes em Butiá, em especial minha avó Olívia Anselmo de Lima (em memória) e meu avô Manuel de Deus Lima (em memória) e minha mãe Marlete Anselmo de Lima que elucidou a proposta desta pesquisa. Ao meu filho Zion de Lima Machado o maior amor do mundo. Agradeço às minhas primas e irmãs de criação Marilu Lima (em memória) e Vitória Lima obrigada por todo carinho e cuidado.

Agradeço meu amado companheiro Ederson Machado por cada dia que passamos juntos, por todo cuidado, carinho e companheirismo nos momentos mais difíceis e alegres de nossas vidas. Obrigada pelo incentivo incansável durante a trajetória acadêmica. Te amo.

À Débora Oliveira, minha grande amiga obrigada pelos momentos compartilhados.

Agradeço aos colegas de curso Douglas Ramos, Paula Rodrigues e Bruna Escouto pelas experiências construídas ao longo da jornada acadêmica.

Às amigas e colegas da CEFAV, Morgana Escobar, Rita Marques, Lenita Alves, Cinara Tavares e Gabriela Silva, obrigada pelos momentos que passamos juntas.

Aos professores do Departamento de História, FACED e CAP/UFRGS por serem os/as facilitadores e guias na construção do conhecimento.

Agradeço o professor Alan Nunes Bica pela gentil disponibilização de parte da documentação utilizada neste trabalho.

Às instituições: Casa de Estudante CEFAV que possibilitou a minha permanência e a de tantos outros estudantes cotistas de baixa renda na universidade. À Escola de Educação Infantil Raio de Sol, por tornar possível que uma mãe siga seus estudos. Ao Museu Estadual do Carvão por possibilitar a pesquisa, através da conservação de documentos e memórias da comunidade negra mineira.

À banca composta pela professora Fernanda Oliveira da Silva que apresentou generosas colocações para esta pesquisa, bem como suas futuras potencialidades, aprendi muito com tua fala, quero continuar aprendendo. E a Tassiane Mélo de Freitas, que por força maior não pode estar presente na apresentação do trabalho, mas que trouxe contribuições muito importantes para esta pesquisa.

À minha querida orientadora Clarice Speranza obrigada pela orientação, seu incrível trabalho sobre a região carbonífera e pelas ricas contribuições realizadas nesta pesquisa.

Por último agradeço imensamente dona Claudete Barbosa Pereira por sua história de força e luta na cidade de Butiá, minha admiração e respeito. Agradeço pela disponibilização de seu incrível depoimento. Obrigada por tornar possível está escrita.

RESUMO

Este trabalho se trata de um estudo inicial sobre a presença negra na região carbonífera do Rio Grande do Sul. Ao longo do século XX esta região se tornou um importante centro econômico do estado através do estabelecimento do setor da mineração de carvão na região. Temos como principal objetivo estudar a Sociedade Recreativa Ouro Preto, clube social negro fundado na cidade de Butiá. Buscou-se apresentar aspectos referentes a sua história e de que forma o racismo operou nesta comunidade de trabalhadores. A partir de um exercício de análise de memórias buscou-se compartilhar trajetórias de vida relacionadas à existência do clube. Nossa intenção é compreender como a organização negra reagiu frente ao racismo existente na região carbonífera, uma vez que aos negros era proibido o acesso nos principais clubes de lazer da cidade. O recorte cronológico desta pesquisa vai desde o ano de fundação do clube (1944), até a década de 1980. As fontes utilizadas são documentos diversos dentre os quais destacamos uma entrevista oral fornecida por uma antiga frequentadora do clube e correspondências administrativas.

Palavras chave: clube social negro - região carbonífera - racismo - resistência

ABSTRACT

This work is an initial study on the black presence in the coal region of Rio Grande do Sul. During the 20th century this region became an important economic center of the state through the establishment of the coal mining sector in the region. Our main objective is to study the Sociedade Recreativa Ouro Preto, a black social club founded in the city of Butiá. We sought to present aspects related to its history and how racism operated in this community of workers. From a memory analysis exercise, we sought to share life trajectories related to the existence of the club. Our intention is to understand how the black organization reacted to the racism existing in the coal mining region, since black people were prohibited from accessing the main leisure clubs in the city. The chronological cut of this research goes from the year the club was founded (1944) until the 1980s. The sources used are several documents, among which we highlight an oral interview provided by a former club visitor and administrative correspondence.

Keywords: black social club - coal region - racism - resistance

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OS CLUBES NEGROS NA REGIÃO CARBONÍFERA	12
2.1	O CONTEXTO DA REGIÃO CARBONÍFERA.....	13
2.2	RACISMO EM UMA COMUNIDADE DE TRABALHADORES	16
2.3	CLUBES SOCIAIS NEGROS	19
3	RACISMO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE RECREATIVA OURO PRETO	22
3.1	ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA	23
3.2	SOCIABILIDADE ENTRE A COMUNIDADE NEGRA MINEIRA.....	30
4	O CLUBE OURO PRETO NA TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA	36
4.1	CLAUDETE BARBOSA PEREIRA: DO POÇO 2 DE MINERAÇÃO À MILITÂNCIA NO GRUPO MARACATU KIZOMBA.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A tradicional região carbonífera do estado do Rio Grande do Sul compreende os municípios de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão¹. Estas cidades constituíam distritos do município de São Jerônimo e foram emancipadas de sua sede a partir da segunda metade do século XX. Minas do Butiá junto com Arroio dos Ratos tornaram-se ao longo do século XX importantes polos da economia estadual. O carvão mineral extraído da região foi muito importante para o funcionamento de serviços públicos de três grandes cidades do estado: Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre (SPERANZA, 2021, p. 577).

Esta pesquisa se trata de um estudo inicial sobre a presença negra na formação da região carbonífera do Rio Grande do Sul, tema pouco estudado nas pesquisas acadêmicas. Uma das formas de acessar a participação deste grupo social na formação da sociedade mineira foi através dos clubes sociais negros da região. Os clubes sociais negros são organizações criadas nos últimos anos da escravidão, a grande parte é criada sobretudo a partir do século XX e serviram como importante fator de integração sociocultural da população negra conforme aponta Fernanda Oliveira da Silva (2011). Estas instituições tinham como objetivo inicial a inserção social dos negros que eram impedidos de frequentarem os principais espaços sociais das cidades. Esta foi uma primeira resposta à sociedade da época que tinha como eixo estruturante a discriminação racial, a importação de imigrantes europeus e a ideologia do branqueamento.

Em Arroio dos Ratos, foi criada a primeira instituição para negros da região carbonífera denominada Sociedade Carnavalesca Tesouras fundada em 06 de abril de 1929. Em Butiá existiu a Sociedade Recreativa Ouro Preto, fundada em 3 de fevereiro de 1944, nosso principal objeto de pesquisa neste TCC. Entre as décadas de 1940 e 1950 se tornou um dos principais espaços de lazer e sociabilidade do distrito.

De acordo com Speranza (2021, p. 565) as vilas mineiras de Arroio dos Ratos e Butiá eram na primeira metade do século XX umas das maiores concentrações de trabalhadores do

¹ Fazem parte da região carbonífera do baixo Jacuí outros municípios como Barão do Triunfo, Eldorado do Sul, General Câmara, São Jerônimo e Triunfo, no entanto para a proposta desta pesquisa focamos inicialmente apenas nas cidades acima citadas.

sul do Brasil com cerca de 7000 operários atuando na região. No entanto a existência de clubes exclusivos para negros nesta comunidade de trabalhadores e a proibição da comunidade negra em frequentar os clubes tidos como brancos nos mostra uma sociedade de classe cuja distribuição social era fortemente hierarquizada racialmente. Devido à existência de práticas racistas nos clubes recreativos foi necessário que a comunidade negra se articulasse em torno da raça criando seus próprios espaços de sociabilidade.

Neste trabalho pretendemos dialogar com a ideia do pós-abolição como um processo histórico de construção da liberdade e cidadania conforme Rios e Mattos (2004). Em 2004 Hebe Mattos e Ana Rios publicaram o artigo intitulado “*O pós-abolição como um problema histórico: balanços e perspectivas*”, este se tornou um dos marcos consolidantes do campo de estudos do pós-abolição no Brasil. Segundo as autoras, por muito tempo a historiografia brasileira argumentou que após a abolição da escravidão os negros foram jogados a própria sorte. Os escravizados “pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus (2004, p. 170)” culminando para uma análise historiográfica que evidenciou a marginalização dos sujeitos negros ao longo da história. Segundo as autoras o campo de estudos deve ser analisado para além de um recorte cronológico e sim buscar compreender a história do ponto de vista social e cultural a partir da experiência dos próprios sujeitos que vivenciaram o período.

O interesse em estudar a temática na região carbonífera parte primeiramente de uma decisão pessoal e familiar. Minha mãe e algumas tias já haviam me relatado que em festejos de algumas famílias vizinhas da região do Cerro do Roque interior do município de Butiá/RS, os negros não podiam se misturar com os brancos. Uma das minhas tias comentou brevemente sobre sua participação em um clube de negros localizado na cidade de Minas do Leão. Quando a indaguei sobre o porquê destes espaços só para negros ela me respondeu que as pessoas negras iam nesses espaços porque na época sofriam muita discriminação e também porque se sentiam mais à vontade com pessoas de sua própria raça, eram locais onde os negros se conheciam e se sentiam seguros. A problemática aqui construída parte de indagações pessoais sobre a minha história familiar, no entanto acaba tendo seu horizonte alargado na medida em que essas memórias familiares sobre as festas/clubes sociais negros das localidades mineiras estão relacionadas à uma experiência comum na história da população negra da região carbonífera. São experiências que foram/são vivenciadas em diferentes cidades e estados do Brasil e

compartilhavam/compartilham de uma retórica comum: a luta por melhores condições de vida, a disputa por espaços sociais e o combate ao racismo.

O período cronológico proposto para a pesquisa vai desde o ano de fundação do Clube Ouro Preto (1944) até a década em que este é mencionado nas fontes com indícios de atividade (1980). Buscou-se delimitar o tempo em consonância com o período das fontes e com os estudos produzidos por Speranza (2012) e Freitas (2021) que trataram em suas pesquisas sobre a história dos trabalhadores e os embates de classe na região no período de atuação do Cadem.

As fontes utilizadas na elaboração desta pesquisa constituem materiais diversos. Parte deste grupo principal é o *relato oral* fornecido pela antiga frequentadora do clube Ouro Preto Claudete Barbosa Pereira. A entrevista aconteceu no dia 6 de agosto de 2020, via WhatsApp, estando a entrevistada em sua residência na cidade de Butiá. A entrevista foi realizada pela professora Clarice Speranza para o projeto de pesquisa “Solidariedade e conflito: experiências e identidades entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850-1950)”. A transcrição da entrevista foi gentilmente fornecida pela professora. Completam este grupo de fontes as *correspondências oficiais*, documentos inéditos que fazem parte de um conjunto de documentos das antigas empresas mineradoras e do extinto Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). Estes documentos estão salvaguardados no Arquivo Histórico da Mineração, localizado dentro do complexo cultural do Museu Estadual do Carvão em Arroio dos Ratos. Devido à pandemia da COVID-19 o acesso a esta tipologia de fontes se deu através de suas fotocópias, gentilmente disponibilizadas pelo professor Alan Nunes Bica. Foram utilizadas outras fontes que chamamos de complementares tais como O *Extrato do Estatuto* do clube Ouro Preto, relatos orais e captura de tela de grupos de memória do Facebook e documentos legislativos.

A metodologia de análise consiste em história oral entendendo está segundo Alberti (2013) como uma possível ferramenta de recuperação do passado conforme as narrativas daqueles que o testemunharam. Também pensamos esta metodologia como um processo ativo de produção de significados conforme apontou Portelli (1997) sobre a especificidade das fontes orais. Importante ressaltar ainda que as fontes orais têm sido uma estratégia recorrente acionada por pesquisadores do campo pós-abolição a fim de ampliar as análises sobre as experiências negras, uma vez que, se tratam de registros produzidos por parcela do grupo. Segundo Fernanda Oliveira da Silva (2013, p.1) uma historicidade que leva em consideração as fontes produzidas pelo próprio objeto de estudo permite uma imersão nas evidências, onde o comprometimento

crítico do historiador deve ser considerado na análise. Um dos aspectos fundamentais da metodologia de história oral consiste no cruzamento de fontes (ALBERTI; PEREIRA, 2008), nesse sentido utilizamos os documentos oficiais como fonte relacional de análise. Entendemos que as fontes oficiais foram elaboradas através de ações institucionais, com isso optou-se por uma análise crítica dos documentos enquanto produtos fabricados segundo relações de força e poder (LE GOFF, 1996, p. 9).

Importante destacar a importância da temática para a historiografia. Como já mencionado não há estudos históricos que abordem com maior fôlego a presença negra e a experiência dos clubes sociais negros no campo de investigação. Estudar os clubes negros significa adentrar em uma outra história do Rio Grande do Sul e do Brasil, a história vivenciada pelas pessoas comuns. Esta pesquisa visa contribuir com os estudos sobre os clubes sociais negros no Rio Grande do Sul através de uma análise histórica que evidencie o protagonismo negro na região carbonífera do estado, preenchendo desta forma o vazio historiográfico sobre a temática na região. Temos por objetivos discorrer sobre a história do clube Ouro Preto a partir de sua experiência e de trajetórias de vida. Buscamos ainda contribuir para que a sociedade tenha o reconhecimento enquanto espaço de memória e resistência na cidade de Butiá. A partir disso nosso maior objetivo é compreender como a Sociedade Recreativa Ouro Preto reagiu frente ao racismo existente na região carbonífera do Rio Grande do Sul entre os anos 1944 e 1980. Portanto dividimos este estudo em três capítulos:

No primeiro capítulo “*Clubes negros na região carbonífera*” contextualizamos a região abordada, situando o carvão mineral como produto que marcou a história econômica da região entre fins do século XIX e início do XX. Após esta contextualização geral, apresentamos algumas reflexões a respeito dos campos do associativismo negro e clubes sociais negros. Pretendemos mostrar de que forma o racismo se fez presente nesta comunidade de trabalhadores e por último, apresentamos algumas percepções teóricas que analisam os clubes sociais negros em sua complexidade demonstrando que a criação destes espaços foi motivada para além do lazer e da sociabilidade (SILVA, 2017).

No segundo capítulo “*Racismo e resistência: a experiência da Sociedade Recreativa Ouro Preto*” analisamos o objeto de estudo de maneira mais focada. Apresentamos as estratégias de resistência desenvolvidas pelo clube Ouro Preto na cidade de Butiá. Na busca de melhores condições de vida foi necessário que a comunidade negra percorresse diferentes caminhos de luta, dentre os quais destacamos a sua atuação no mundo do trabalho. Além disso,

através de um exercício de análise de memórias de D. Claudete Barbosa Pereira, antiga frequentadora do clube, discorreremos sobre as práticas sociais e culturais desenvolvidas por meio do espaço recreativo.

No terceiro e último capítulo “*A Sociedade Ouro Preto na trajetória de uma mulher negra*” apresentamos a história do Ouro Preto a partir das memórias de D. Claudete Barbosa Pereira. Pensamos aspectos de sua trajetória de vida sob a ótica da interseccionalidade e do pensamento de mulheres negras. Este exercício de análise se torna um desafio na medida em que devemos compreender como a trajetória da colaboradora é atravessada pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe entendendo estes como condições fundamentais para pensar a história dos sujeitos na formação da sociedade pós-abolição.

2 OS CLUBES NEGROS NA REGIÃO CARBONÍFERA

Os Estados da região sul do Brasil configuram a região que mais registra a presença de clubes sociais negros, em especial o Rio Grande do Sul com cerca de 53 clubes negros mapeados. Este número leva em conta o mapeamento realizado por Giane Vargas Escobar em sua dissertação de mestrado (2010); no entanto, a quantidade pode ultrapassar centenas de clubes considerando o número de cidades existentes no estado. No já citado mapeamento de clubes, os espaços associativos localizados na região carbonífera do estado do Rio Grande do Sul não apresentam maiores informações. São identificados apenas pelo nome os clubes *Os Tesouras* e *Ouro Preto*, o primeiro localizado em Arroio dos Ratos e o segundo em Butiá.

Neste capítulo contextualizamos a região, situando o carvão mineral como produto que marcou a história econômica da região entre fins do século XIX e início do XX. Apresentamos um breve histórico das empresas de mineração que atuaram na localidade focando na atuação do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM, empresa que montou a infraestrutura básica das vilas operárias de Arroio dos Ratos e Butiá. Mostramos de que forma o racismo se fez presente nesta comunidade de trabalhadores e apresentamos algumas reflexões a respeito das temáticas associativismo negro e clubes sociais negros. Por último, trazemos algumas percepções teóricas que analisam os clubes sociais negros em sua complexidade demonstrando que a criação destes espaços nos mostra questões para uma cidadania negra sendo vivenciada e disputada no pós-abolição do Rio Grande do Sul.

2.1 O CONTEXTO DA REGIÃO CARBONÍFERA

A fim de contextualizarmos a história da região carbonífera do Rio Grande do Sul utilizaremos os marcos cronológicos propostos por Speranza em sua tese de doutorado (2012). A autora utilizou como critério de apresentação o desenvolvimento econômico do setor para mostrar o percurso de exploração do minério na região. A tradicional região carbonífera do estado do Rio Grande do Sul compreende os municípios de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão². Estas cidades eram distritos do município de São Jerônimo e foram emancipadas de sua sede a partir da segunda metade do século XX. O primeiro distrito a ser emancipado foi Butiá (1963), seguido de Arroio dos Ratos (1964). Os demais distritos foram emancipados a partir da década de 1980.

Nestas localidades o carvão mineral foi encontrado inicialmente por mineiros ou grupos de mineiros isolados, com apoio do poder provincial (em fins do século XIX) e posteriormente explorado pelas companhias mineradoras instaladas na região, oferecendo destaque para o consórcio administrador de empresas CADEM. Um elemento importante é que a criação da comunidade de mineiros coincidiu com o período histórico da abolição da escravidão e com os projetos políticos de imigração europeia para o estado (SPERANZA, 2017). Definindo-se assim como uma região que merece um estudo a partir de seu contexto e particularidade histórica;

De acordo com Hoff (1992), historiadora e memorialista local, os primeiros achados de carvão teriam sido encontrados na região de Curral Alto (atual Minas do Leão) por volta de 1795 por um anônimo soldado português. O início da exploração do minério data de 1826 em região próxima à Arroio dos Ratos denominada Faxinal. Teriam sido alguns escravizados de Fuão Freitas que encontraram nesta região um afloramento de carvão passível de ser explorado. Esta localidade veio a se tornar o ponto de partida da exploração do produto no estado.

O processo de “descobertas” e extração do carvão se estendeu até 1872, ano em que o inglês James Johnson fundou a companhia *The Imperial Brazilian Collieries*, primeira empresa de carvão fundada na região. Johnson foi o responsável pelos primeiros mapeamentos de carvão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e também é apontado como o iniciador da exploração efetiva do minério. De acordo com Speranza (2017), “foi por intermédio dele que chegaram às

² Atualmente a composição da região abarca outras cidades, no entanto para o período estudado neste trabalho focamos nas cidades acima citadas.

minas as primeiras famílias de mineiros profissionais da Inglaterra, trazendo conhecimento técnico necessário à exploração”. A empresa do britânico teve vida curta, pois acabou falindo em 1873. Este momento ficou marcado como o primeiro período da exploração carbonífera no estado (1795-1872).

Após a morte de Johnson em 1873, uma série de empresas desenvolveu atividades na região. Foi durante o período em que a Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos esteve à frente dos negócios do carvão mineral que Arroio dos Ratos recebeu a visita da Princesa Isabel, em 13 de janeiro de 1885 para a inauguração de um novo poço da companhia batizado com o próprio nome da princesa. A visita da princesa à região é fato histórico que marca a memória coletiva da comunidade mineira, sendo que registros fotográficos deste momento estão salvaguardados no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. A Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos foi a primeira empresa de capital nacional fundada na região. Em 1889 seu nome foi alterado para Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), um dos futuros pilares do Cadem. É da CEFMSJ o primeiro registro de greve de mineiros da região, incluindo idosos e crianças, datado de 1895 (SPERANZA, 2012).

A ascensão de Vargas ao poder, durante a década de 1930 forneceu para a indústria de carvão uma série de transformações. Em 1931, o governo provisório decidiu alavancar a indústria de carvão definindo através de decreto um percentual mínimo de 10% para o consumo do produto nacional em relação ao estrangeiro. Em 1932, o grupo Martinelli adquire as minas de Butiá e investe na exploração do minério através da Companhia Carbonífera Rio-Grandense. Nessa mesma conjuntura houve um aumento da população local devido à transferência da mão de obra agrícola para as vilas mineiras e a inserção de mão de obra imigrante em especial a de espanhóis para o trabalho nas minas de carvão (SPERANZA, 2012). Foi nesse período também que se acentuaram os conflitos internos entre trabalhadores e mineradoras, culminando com a fundação do Sindicato dos Mineiros em 1933³. O segundo período da exploração carbonífera (1873-1936) chega ao final e inaugura uma nova fase para a região: a fundação do Consórcio Administrador de Empresas - CADEM.

³ Sobre a fundação do Sindicato dos Mineiros ver: FREITAS, Tassiane Mélo de; WITKOWSKI, Alexsandro. Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá – Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. autores, 2006.

O terceiro período é aquele definido por Speranza (2012) como a “era Cadem” (1936-1947). Neste período a mineração de carvão sofreu um crescimento ainda maior devido às iniciativas nacionalistas do Estado Novo (1937-1945). Em 1936 as empresas de mineração Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) e a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), de Arroio dos Ratos, foram unidas e passaram a ser administradas pelo CADEM - Consórcio Administrador de Empresas de Mineração. O CADEM foi administrado pelo engenheiro fluminense Roberto Cardoso, executivo do grupo Martinelli durante os anos de 1936 a 1951. Nessa época, o então diretor implantou uma racionalização na exploração do carvão mineral aumentando o comércio e lucratividade do produto.

Foi na década de 40, durante a II Guerra Mundial, que a região carbonífera atingiu seu pico de produção. Em 1943 foi extraída da região 65% de toda produção de carvão do Brasil. Segundo Speranza, havia neste ano pelo menos 7.000 trabalhadores nas minas de carvão de Arroio dos Ratos e Butiá. Durante as décadas de 1930 e 1940, as vilas de Butiá e Arroio dos Ratos se tornaram mais urbanizadas. Na construção dessa nova comunidade ficou marcado o forte controle exercido pelo consórcio administrador de empresas sobre o trabalho e o modo de vida dos trabalhadores. Tudo dependia e/ou era controlado pelo Cadem:

[...] o Cadem montou aos poucos não apenas a infra-estrutura básica de Arroio do Ratos e Butiá (ruas, casas, comércio, luz, água etc) como também uma rede de assistência e lazer nas minas, que chegou a incluir hospital (em Arroio do Ratos), clubes e cinemas. **Essa rede funcionava como mecanismo de manutenção e atração da mão-de-obra, e também como forma de legitimação da superexploração dos trabalhadores** (SPERANZA, 2021, p. 62, grifos meus).

O sistema fábrica-vila já era utilizado na exploração de carvão e em outros setores industriais do Brasil e do mundo desde antes do século XIX. Na França ele foi importante para garantir um controle rigoroso e disciplinar no trabalho das minas. No sul do Brasil, o plano de assistência criado e executado pelas empresas mineradoras implicava um maior controle sobre o trabalhador e sua família a fim de extrair dos mesmos o máximo de força de trabalho:

No contexto das fábricas-vilas de Butiá e Arroio dos Ratos, o operário nascia no hospital da empresa, estudava na escola da empresa, namorava no clube da empresa, divertia-se em festas patrocinadas ou autorizadas pela empresa (com horário para

terminar), assistia a filmes no cinema da empresa e rezava em igrejas (católicas) construídas pela empresa (SPERANZA, 2012, p. 64).

A mineração no Rio Grande do Sul começou a entrar em decadência com o fim da II Guerra Mundial. A demanda de carvão para construção de ferrovias e produção de energia elétrica diminuiu, o petróleo importado do exterior começou a ser utilizado nos trens e começou a ser incentivada a construção de hidrelétricas. O quarto período que vai de 1947 até 1964 é marcado pelo declínio gradual da mineração de carvão no Rio Grande do Sul. A indústria carbonífera gaúcha perde espaço para o óleo combustível e o carvão de Santa Catarina. O quinto período (1964) que vigora até os dias atuais se configura com a incorporação do Cadem pela Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais (COPELMI) em 1964.

A atividade mineradora marcou a história da região e deixou como legado vestígios materiais e imateriais de uma época de grande desenvolvimento econômico. Este legado pode ser verificado em diferentes estabelecimentos da infraestrutura das cidades. De acordo com Tassiane Melo de Freitas em sua tese de doutorado (2021, p. 28), os vestígios encontrados pelas cidades estão representados em “prédios das antigas casas operárias, prédio do antigo hospital, igrejas e suas práticas religiosas, prédios dos antigos cines-teatro, clubes recreativos e clubes de futebol operário.” Repartições urbanas que faziam parte da estrutura criada pelas empresas mineradoras na região.

2.2 RACISMO EM UMA COMUNIDADE DE TRABALHADORES

Como já mencionado no subcapítulo anterior, na região carbonífera do Rio Grande do Sul foi construído um sistema de dominação e exploração da mão de obra que se estendia para além da unidade produtiva. Nas vilas operárias de Butiá e Arroio dos Ratos, a criação dos espaços recreativos esteve fortemente associada aos serviços de assistência social promovidos pelas empresas de mineração. O relatório de assistência social do CADEM - documento emitido entre os anos 1942-1944 contendo a descrição dos serviços de assistência individual e coletiva prestados pela companhia, nos mostra o apoio da companhia para a área de recreação:

Clubes recreativos de toda a espécie tem sido auxiliados moral e materialmente pelo Consórcio de Mineração, que encara essas sociedades como centros de melhor educação de seus trabalhadores, desenvolvendo-lhes o espírito associativo, criando-lhes um ambiente socialmente útil e favorecendo o espírito de confraternização de todas as categorias de servidores (*apud* FREITAS, 2021, p. 98).

Estes serviços começaram a ser implementados no final da década de 1930, mas seu maior desenvolvimento aconteceu a partir de 1942, buscando atrair mão de obra necessária ao aumento da produção do carvão decorrente dos esforços da II Guerra Mundial (FREITAS, 2021, p. 74).

Em termos de organizações clubistas destaca-se em Arroio dos Ratos os clubes *Última Hora*, fundado em 22 de janeiro de 1933; *Farroupilha*, fundado no dia 24 de fevereiro de 1935 e o *União da Várzea*, fundado em 6 de abril de 1940. Em Butiá, o destaque vai para o *Clube Butiá*, inaugurado em 7 de dezembro de 1942. Em Minas do Leão havia também o clube *Duque de Caxias*, sobre o qual não temos atualmente maiores informações a respeito. Estes clubes tinham como público associado e participativo desde a elite empresarial até grupos de trabalhadores das minas de carvão.

Segundo Freitas (2021, p. 98) esses locais são caracterizados pelo relatório CADEM como “locais de divertimento sadio e civilização dos trabalhadores” apontando para uma visão higienista da empresa. No entanto, o que mais chama atenção na história dos clubes da região carbonífera é seu viés segregacionista. Estes espaços não permitiam o acesso de pessoas negras em suas dependências, tornando-se assim locais racistas por excelência.

O racismo se tornou prática comum na sociedade brasileira do pós-abolição, mesmo não havendo leis que decretassem juridicamente a prática de segregação racial, havia, como diria Silva (2022), “outros subterfúgios para dissimular a exclusão de pessoas negras”, como é o caso do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890. O decreto permitia a entrada no país de “indivíduos válidos e aptos para o trabalho”, exceto asiáticos e africanos - que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderiam ser admitidos. Com o fim da escravidão, é efetivada a construção de uma estrutura governamental atravessada pelo racismo. Para fazer valer o projeto em andamento, estava entre as prioridades do Estado facilitar a entrada de pessoas advindas do continente europeu através de leis de incentivos.

A região carbonífera do Rio Grande do Sul não esteve distante desta realidade de importação de mão de obra estrangeira. Em 1889 a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) assinou um contrato com o governo imperial no qual ficava estabelecida a instalação de cinco assentamentos na região, com 1000 trabalhadores cada. Segundo Speranza (2017, p. 57) “os trabalhadores viriam da Europa ou de possessões coloniais portuguesas ou espanholas, ou mesmo de outras regiões brasileiras, sendo os trabalhadores

estrangeiros em uma proporção de 80% para os nacionais”. Eram imigrantes agricultores de variadas origens étnicas pois: “já predominava o critério da mistura, para evitar possíveis núcleos de minorias raciais e de nacionalidades” (SIMCH, 1943 apud SPERANZA, 2012, p. 57). Ainda segundo a autora (2017) embora a empresa não tenha cumprido o acordo em relação a quantidade de trabalhadores boa parte destes imigrantes passou a trabalhar em atividades agrícolas e na extração do carvão, em troca “a empresa recebeu uma série de benefícios tais como terras e reduções de impostos” (SPERANZA, 2017, p. 58). Em meio a este cenário de grande diversidade étnica entre os trabalhadores, formas de segregação étnica e racial estavam presentes.

Em Arroio dos Ratos, foi criada a primeira instituição recreativa da região carbonífera denominada Sociedade Carnavalesca Tesouras fundada em 06 de abril de 1929. Esta informação é atestada em entrevista realizada por Speranza (2017) com o mineiro aposentado chamado Juarez Lima⁴, que informou na época que “o primeiro clube nascido em Arroio dos Ratos foi o ‘Clube dos Tesouras’, criado pelos negros” (apud SPERANZA, 2017, p. 70).

Em Minas do Leão existiu o Clube dos Morenos onde segundo relatos orais coletados no grupo do Facebook *Minas do Leão: fotos e histórias antigas*⁵, a instituição teria sido queimada “acidentalmente” durante a madrugada em meados dos anos 1970, em plena vigência da Ditadura civil militar. Ainda segundo os depoimentos coletados na página este acidente pode estar estritamente relacionado ao racismo presente na região. Infelizmente não há maiores informações a respeito.

Existiu em Butiá a Sociedade Recreativa Ouro Preto, fundada em 3 de fevereiro de 1944, nosso principal objeto de pesquisa neste TCC. Entre as décadas de 1940 e 1950 se tornou um dos principais espaços de lazer e sociabilidade do distrito. Esta sociedade negra esteve estritamente relacionada com o trabalho. Em 1944, a diretoria do clube enviou uma carta a Fernando Lacourt⁶ agradecendo pela contribuição feita à sociedade, este agradecimento fazia referência a busca da comunidade negra “[...] por um pouco de convívio social, que em nossa vida penosa é tão restrita” (apud FREITAS, 2021, p. 100). De acordo com a autora (2021), as

⁴ Filho e neto de mineiros de Arroio dos Ratos, mineiro aposentado pelo CADEM e importante liderança política da cidade. Produziu textos inéditos sobre a história da mineração e do mineiro.

⁵ Grupo do Facebook Minas do Leão - fotos e histórias antigas: Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1841869802697827/>

⁶ Engenheiro-chefe da Companhia Carbonífera Minas do Butiá.

restrições econômicas e a segregação existente em determinados espaços de sociabilidade nas minas de carvão dificultavam as ações da comunidade negra e que nesse sentido, era necessário negociar e conseguir certo apoio da companhia para continuar resistindo.

2.3 CLUBES SOCIAIS NEGROS

Pessoas negras desenvolveram inúmeras redes associativas de caráter recreativo, assistencial e cultural. Esta rede surgiu ainda nos últimos anos da escravidão e serviu como importante fator de integração sociocultural da população negra conforme aponta Fernanda Oliveira da Silva (2011). Estas instituições tinham como objetivo inicial a inserção social dos negros que eram impedidos de frequentarem os principais espaços sociais da sociedade. Esta foi uma primeira resposta à sociedade da época que tinha como eixo estruturante a discriminação racial, importação de imigrantes e ideologia do branqueamento. Mas não podemos correr o risco de olhar esta experiência apenas pelo viés de resposta à sociedade. Como aponta Petrônio Domingues (2020), estas associações também tinham como finalidade satisfazer as necessidades econômicas, culturais, religiosas e humanas de uma população que vivia em condições adversas.

Beatriz Ana Loner é uma referência importante em relação às primeiras pesquisas acadêmicas envolvendo o tema do associativismo negro em relação aos mundos do trabalho na região sul do Rio Grande do Sul. De acordo com a autora, que dedicou um capítulo específico para a temática em sua tese (1999), as associações negras eram uma rede complexa e diferenciada das demais, pois enunciavam em seus planos a luta pelos direitos dos trabalhadores e o combate ao preconceito racial, demonstrando duas frentes de luta para a comunidade negra:

A análise das associações negras mereceu um estudo à parte. Isso porque, em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles formaram, desde entidades recreativas até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação branca (LONER, 1999, p. 232).

Loner defendeu a importância dos trabalhadores negros nos primórdios da industrialização de Pelotas e Rio Grande onde estes eram um dos mais importantes grupos de trabalho durante a Primeira República. Ao final do século XIX e início do XX, formaram-se na respectiva região diversas entidades negras. Mas a autora sublinhou que não se tratava de uma situação exclusiva

aos negros a criação destas associações, pois era muito comum na época que entidades gerais ligadas aos trabalhadores negros e não-negros se mobilizassem e se organizassem. No entanto, as entidades negras foram experiências complexas pois possuíam “alto grau de criatividade e determinação, que a simples enunciação de suas entidades deixa entrever” (LONER, 1999, p. 232).

Na busca por pesquisas envolvendo este tema foram encontrados diversos trabalhos historiográficos sobre associações negras que aprofundam ou falam sobre clubes negros no Rio Grande do Sul: Lúcia Regina B. Pereira (2007), Fabrício R. Gomes (2008), Magna L. Magalhães (2010), Fernanda Oliveira da Silva (2011;2017), Tiago Rosa da Silva (2018) e Helen da Silva Silveira (2017;2021). Porém nenhum deles menciona os clubes negros da região carbonífera, importante centro operário do estado durante praticamente todo o século XX.

Os clubes negros são entidades criadas antes da abolição da escravidão, a exemplo da Sociedade Beneficente Recreativa Floresta Aurora primeiro clube negro do Brasil. O clube foi fundado em dezembro de 1872 em Porto Alegre/RS por um grupo de negros motivados a “gerar pecúlio para custear as despesas de enterros de escravizados e libertos” (PEREIRA, 2007, p. 125). A Sociedade Floresta Aurora encontra-se em atividade e é considerada um dos pontos de referência social e cultural da comunidade negra na capital, este ano completa 150 anos de existência e resistência. Seu principal caráter de fundação tinha como base a assistência prestada aos familiares, mas ao longo de sua existência houve um envolvimento muito grande com as festas de carnaval (1930-1960) e, após a década de 1980, suas atividades passaram a discutir questões ligadas à inserção do negro na sociedade (JESUS, 2005).

Gomes (2008) e Magalhães (2010) estudaram clubes sociais negros em regiões tradicionalmente conhecida por suas origens étnicas de matriz europeia. O autor e a autora investigaram clubes de futebol localizados nas cidades de Caxias do Sul (imigração italiana) e Novo Hamburgo (imigração alemã), ambas no Rio Grande do Sul. A presença de imigrantes nesta região acabou disseminando no imaginário da sociedade a ideia de um estado sulino exclusivamente europeu, apagando da construção histórica desta região a presença dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

A dissertação de Gomes (2008) apresenta a atuação do Sport Clube Gaúcho, fundado em 1934, com sede própria e dedicado inicialmente ao futebol e bailes. Almejando identificar

as razões que fizeram as pessoas negras a se associarem na cidade de Caxias do Sul, o autor (2008) nos diz que estes espaços surgiram como locais de sociabilidade negra, uma vez que não era permitido a entrada de pessoas negras nos bailes e eventos caxienses. Além disso, Gomes ressaltou a construção de uma identidade negra positiva, privilegiando a educação de seus associados bem como o afastamento de estereótipos negativos atribuídos aos seus frequentadores.

Pisando em terras onde a presença negra ganhou maior visibilidade, sobretudo em relação ao contexto histórico da escravidão, temos os estudos de Fernanda Oliveira da Silva. Importante referencial teórico para este estudo, a autora analisou em sua tese de doutorado (2017) os clubes sociais negros do extremo sul do Rio Grande do Sul, sobretudo nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Bagé (no Rio Grande do Sul) e Melo (no Uruguai) durante o pós-abolição. Para a autora, os clubes sociais negros são entendidos como “construções culturais que conferem inteligibilidade histórica à experiência de racialização vivenciada no pós-abolição (OLIVEIRA, 2017, p. 21)”. Segundo a autora significa pensar que existiu uma experiência de racialização vivenciada através da ideia de raça imposta para os sujeitos negros a partir dos clubes negros.

Os clubes tinham como atividades muitas das vezes fundantes as festas e carnavais, enunciando então sobre práticas culturais do povo negro. No entanto, é importante pensar que estes locais existiram para além do momento de lazer concretizado pelas festas. Também são entendidos como espaços políticos, na medida em que suas reivindicações enunciam sobre questões de uma cidadania negra. Esta busca e disputa por cidadania pode ser percebida em momentos de organização do espaço, construção de uma sede própria até a busca e oferecimento de trabalho nas dependências do clube (SILVA, 2022).

É nesse sentido que Silva (2017) alerta para a questão da simultaneidade relacionada às festas e outras atividades desenvolvidas a partir dos clubes. Segundo a autora, as festas são momentos importantes e de direito, mas não são realidades únicas e exclusivas das organizações. Houve, concomitante às festas, as lutas políticas desenvolvidas pela comunidade negra na elaboração desta complexidade que são os clubes. Estas questões nos permitem olhar para as organizações negras do ponto de vista do pós-abolição nas quais as reivindicações dos próprios sujeitos negros são entendidas como fio central. É, portanto, analisando os clubes negros como espaços de reivindicação política que a autora definiu um conceito para estes:

[...] espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – auto identificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; colored; da raça de cor/raza de color; etiópica; de cor; conrazanea; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é auto atribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas. (SILVA, 2017, p. 148)

Oliveira Silveira⁷, junto com integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, também propôs uma definição conceitual para Clube Social Negro:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (SILVEIRA *apud* ESCOBAR, 2010, p. 61)

Neste capítulo apresentei o contexto histórico e social da região carbonífera e discuti a problemática referente aos clubes negros na historiografia. Na região carbonífera do Rio Grande do Sul haviam instituições recreativas que não permitiam a entrada de pessoas negras, configurando estes locais como espaços segregacionistas. Em resposta a esta sociedade que tinha o racismo como elemento preponderante, foram criados espaços associativos para a população negra. Estes espaços almejavam na medida do possível a busca de uma vida mais digna para os sujeitos negros. Nas páginas seguintes, analisaremos de forma mais focada o clube Ouro Preto. Pretendemos discorrer sobre as relações da comunidade negra mineira com os mundos do trabalho, de que forma esta relação foi utilizada como estratégia para ganhos políticos e de enfrentamento ao racismo. Além disso, buscamos analisar a partir de um depoimento oral, as narrativas sobre o clube Ouro Preto.

3 RACISMO E RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE RECREATIVA OURO PRETO

Os clubes negros se configuraram como importantes espaços de sociabilidade cujas ações são demonstradas especialmente a partir do campo cultural. No entanto se consolidaram

⁷ Poeta negro brasileiro, nascido em 1941 na cidade de Rosário do Sul/RS, Graduado em Letras – Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Ativista do Movimento Negro.

a partir deste espaço de sociabilidade como locais de luta e reivindicação política (Silva, 2017). Neste capítulo busco apresentar formas de resistência desenvolvidas pelo clube Ouro Preto na cidade de Butiá. As estratégias acionadas pela população negra tinham como objetivo o enfrentamento ao racismo e a construção de uma cidadania. Na busca por melhores condições de vida foi necessário que a comunidade negra percorresse diferentes caminhos de luta, dentre os quais destacamos a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, as colaborações existentes entre as organizações negras e as ações pessoais acionadas pelos sujeitos frequentadores do clube.

3.1 ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

“Ouro Negro” assim ficou popularmente conhecido o carvão mineral encontrado e posteriormente explorado na região carbonífera do Rio Grande do Sul (HOFF, 1992). O nome popular atribuído ao produto que marcou a história da região talvez tenha servido de inspiração para o nome da instituição negra fundada na cidade de Butiá. “Ouro Preto” como o próprio nome ilustra, foi o clube fundado pela e para a comunidade negra da Vila Minas do Butiá, em 3 de fevereiro de 1944.

Claudete Barbosa Pereira, 65 anos, nasceu na cidade de Butiá no ano de 1957, cozinheira de profissão, filha e neta de mineiros construiu sua trajetória de vida em meio ao cenário das minas de carvão. Claudete frequentou o clube Ouro Preto durante a década de 1970 e relata em suas memórias sobre a fundação da instituição:

A Sociedade Ouro Preto, pelo que minha mãe me contava, veio exatamente da função de minas. Foram mineiros. Pessoas que vieram de lugares, de fazendas, de outros, que terminaram vindo para a mina. Por exemplo: nós tivemos muita gente aqui de Barão do Triunfo, de Encruzilhada... Muitos filhos de Encruzilhada! Que terminaram vindo para Butiá. E eu não tenho exatamente a fundação disso. Não tenho. Mas são histórias que minha mãe contava, dos pais dela no Ouro Preto. Das festas, dos bailes. Porque os negros não tinham uma sociedade, né? Os negros faziam festas naquela época em casa⁸.

⁸ PEREIRA, Claudete Barbosa. Entrevista concedida a Clarice Speranza em 6 de agosto de 2020 para o projeto de pesquisa “Solidariedade e conflito: experiências e identidades entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850-1950).”

Segundo Claudete, a criação do clube esteve estritamente relacionada ao trabalho e aos trabalhadores das minas de carvão. A necessidade de fundação de um espaço destinado aos trabalhadores negros na cidade de Butiá evidencia em um primeiro momento uma resposta a sociedade da época que não permitia a presença deste grupo nos principais clubes de lazer. Ao mesmo tempo, a fundação do clube indica resistência frente ao racismo, uma vez que a própria necessidade de criação deste espaço deixa elucidar.

Segundo Giane Vargas Escobar (2010, p. 64) um aspecto singular em relação aos clubes sociais negros são os nomes destes espaços. Grande parte destas associações prestou homenagem a personagens da elite branca ou fez homenagens à data da Abolição da escravatura nos nomes de suas edificações. São alguns destes clubes o Princesa Isabel (Formigueiro/RS), o Treze de Maio (Santa Maria/RS) e o 15 de Novembro (São Lourenço/RS), este último remetendo à queda da Monarquia.

Vale notar que, em seu depoimento (2020) Claudete Barbosa Pereira corrige a entrevistadora e enfatiza o nome da instituição:

- “Clarice Speranza - Fiquei muito emocionada ao ver o vídeo no qual a senhora conta a história da Sociedade Ouro Negro.
- Claudete – Ouro Preto.”

Analisando a correção enfática de Claudete em relação a expressão *preto* ao invés de *negro* no nome do clube podemos perceber que o espaço foi tomado por um posicionamento político pela comunidade negra ao longo do tempo. Em nosso entendimento, o nome da instituição Ouro Preto ganhou novos contornos ao longo de sua existência assim remetendo para uma tomada de consciência política e ideológica a respeito da condição do povo negro na cidade Butiá.

Loner e Gil (2009, p. 146) haviam apontado que ao longo da primeira República as entidades negras evoluíram para a formação de uma rede associativa praticamente completa, surgindo propostas identitárias entre o grupo, ainda que este sofresse com a influência de ideologias, como a do branqueamento, com forte apelo na sociedade brasileira. Conforme as autoras (2009), neste período as necessidades de sociabilidade e cultura passaram a ser negociadas.

Em correspondência endereçada a Fernando Lacourt (engenheiro-chefe da Companhia Carbonífera Minas do Butiá) em 28 de fevereiro de 1944, a sociedade Ouro Preto através de sua diretoria, que tinha como representantes o presidente Domingos Idalino e o secretário

Ernani Conceição, agradece o apoio da companhia e nos informa sobre a condição de vida da comunidade negra:

A Diretoria da S. C. “Ouro Preto”, e todos os demais sócios, vem por meio deste atenciosamente agradecer V. S. a generosidade de tão grande oferta, que a nós foi feita para que possamos dar mais um passo para procurarmos um pouco de convívio social, **que em nossa vida penosa é tão restrita**. Cheios de reconhecimento de vossa benevolência para com os pequeninhos, e humildes, apresentamos a nossa sincera, e imorredura gratidão. E, desde já pela diretoria, e componentes da sociedade “Ouro Preto” subscrevemo-nos de V. S. “Creados, Agradecidos.”⁹

Esta carta nos parece ser um agradecimento ao apoio da companhia mineira na fundação do clube, o que fica confirmado pela data de expedição e conteúdo referido no documento. A data de expedição do documento é registrada 25 dias após a data de fundação do clube. O documento enviado para a Consórcio Administrador de Empresas CADEM, atesta um diálogo estabelecido com as empresas da região e destaca a presença negra no trabalho da mineração, tema pouco estudado nas pesquisas acadêmicas. O conteúdo nos indica ainda como a comunidade negra vinha se articulando e se pensando politicamente onde a disputa por direitos básicos de cidadania eram objetivos a serem pleiteados.

Em artigo sobre as interações entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros na construção de classe entre os mineiros de carvão do Rio Grande do Sul no primeiro século de exploração carbonífera (1850-1950), Speranza (2017, p. 69) iniciou alguns apontamentos sobre a presença negra no trabalho da mineração. A autora encontrou em uma mostra de 472 mineiros, 114 trabalhadores afrodescendentes (classificados como pretos, pardos, mistos, morenos e outros) nas minas de carvão entre os anos de 1933-1944. Grande parte destes trabalhadores nasceram na cidade de São Jerônimo ou municípios limítrofes. A ressalva deste e alguns outros trabalhos como o de Tassiane Freitas que mencionam a questão racial não há estudos de fôlego que aprofundem o tema.

Sobre os trabalhadores das minas que eram sócios do Clube Ouro Preto, Tassiane Melo de Freitas (2021, p. 102) nos diz que a forma de recebimento das mensalidades dos sócios que

⁹ Apud FREITAS. Carta encaminhada pela direção da Sociedade Recreativa Ouro Preto à Fernando Lacourt. Butiá, 28/02/1944. Fundo documental Cadem. Assistência Social. Tipologia Clubes de futebol e sociedades. AHM. Em virtude da pandemia da COVID-19 a fotocópia do documento consultado foi disponibilizada por Alan Nunes Bica em 21 de dezembro de 2021 para Luana de Lima da Silva.

eram operários nas minas ocorria por meio de desconto em folha de pagamento, conforme demonstra uma carta analisada pela autora dos dirigentes da Sociedade Ouro Preto. Este dado nos informa mais uma vez que o clube estava ligado institucionalmente às empresas de mineração da cidade.

A relação desenvolvida com as empresas de mineração unidas através do Consórcio Administrador de Empresas - CADEM, nos mostra a inserção da comunidade negra no mercado de trabalho pleiteando espaço na sociedade mineira. De acordo com Fernanda Oliveira da Silva (2017) “os clubes figuram como espaços em que trabalhadores tratam a cultura e suas consciências, e/ou a política é vivenciada e, são eles próprios – os clubes – estratégias com intuito de alcançar ganhos políticos (SILVA, 2017, p. 21)”.

Segundo Giane V. Escobar (2010, p. 46) embora os negros ocupassem os quadros mais subalternos foi através deste mecanismo que os negros vislumbraram melhor expectativa de vida “negociando diariamente para poder viver, algo mais que o mero sobreviver (SILVA; REIS, 1989, *apud* ESCOBAR, 2010, P. 46) por meio do trabalho. Conforme a autora (2010), o trabalho assalariado de certa forma permitia mobilidade social, garantindo condições para que pudessem fundar, construir e manter suas associações.

Na entrevista fornecida por Claudete é possível conhecermos um dos ofícios exercidos por trabalhadores negros nas minas de carvão de Butiá. D. Claudete conta que era filha e neta de mineiros, seu avô materno Manuel Domingos Padilha foi capataz nas minas. Este era um ofício de certa relevância entre os trabalhadores. Nesta função o trabalhador era encarregado pela vigilância do trabalho nos subsolos junto com seus auxiliares, os sota-capatazes (Speranza, 2012). Conta ainda que seu avô atuou nas minas de Butiá durante o período em que o engenheiro-chefe Fernando Lacourt era o responsável pela Companhia Carbonífera Minas do Butiá, entre os anos 1940-1950. Seu Manuel estabeleceu uma relação de certa proximidade com o engenheiro chegando a frequentar a casa dele. Seu pai Patrício Antunes Barbosa também foi mineiro e por algum tempo também exerceu a função de capataz, atuou nas minas por 25 anos até se aposentar.

A sociedade Ouro Preto buscava um diálogo constante com o empresariado da região configurando sua auto-representatividade na sociedade, que em parte os excluía e em parte dialogava (SILVA, 2017). Segundo Fernanda Oliveira da Silva (2017, p. 169), até meados do século XX a questão racial fundamentava e ainda fundamenta a experiência de pessoas negras. Embora os sujeitos negros se unissem nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras, tinham ainda

outras frentes a combater, uma delas era no meio social, como refere o ambiente em que estavam inseridos os clubes.

Em resposta a correspondência enviada pela direção do clube Ouro Preto, o engenheiro-chefe das minas Butiá, ao que tudo indica Fernando Lacourt, acusou o recebimento da carta em 6 de março de 1944:

Ilmo Sr. Presidente da S. C. Ouro Preto. Nesta Mina. Acuso recebido vosso ofício agradecendo a contribuição desta Companhia para abrilhantar os festejos do carnaval de 44. Espero que um bom entendimento continue a existir entre a vossa Sociedade e esta Chefia **e que a união das sociedades dos homens de cor, de Butiá, se torne efetiva**, condições essenciais para que o nosso apoio a Vv. Ss. seja amanhã maior que hoje. Sem mais (firmo) com apreço.¹⁰

A resposta do representante da companhia por si só atesta a continuidade de um diálogo estabelecido com os trabalhadores que frequentavam a Sociedade Ouro Preto. A partir deste documento é possível perceber o apoio da companhia com a atividade do carnaval, prática cultural muito importante para a comunidade negra da região carbonífera. Conforme Marcus Vinicius F. da Rosa (2008), o carnaval foi forjado pelos políticos e homens da imprensa para representar a identidade nacional do Brasil republicano sobretudo durante o governo Vargas. Neste trabalho esta atividade cultural é vista como cultura própria do grupo negro.

Ainda de acordo com o documento é relatado uma promessa de apoio oferecida pela companhia para que a “união das sociedades dos homens de cor da cidade de Butiá” fosse efetivada. Homens de cor era uma expressão muito comum utilizada para se referir aos homens negros (SILVA, 2020). Este trecho nos leva a pensar que existiam outras organizações negras na cidade confirmando as redes sociais desenvolvidas pela comunidade negra. Nesse sentido, o clube Ouro Preto não estava isolado e conseqüentemente outras entidades de cunhos diversos representavam o associativismo negro da cidade e até mesmo da região carbonífera. Como explícito nos dois documentos, no ano de 1944 a entidade negra e a empresa de mineração se referiam ao clube como “S. C. Ouro Preto”, ao que tudo indica *Sociedade Carnavalesca*, devido ao período em que foi criado o clube.

Avançando seis anos temos uma outra correspondência sendo endereçada pelo então diretor do clube, João Artur Simão, ao então engenheiro-chefe das minas de Butiá, Mauré

¹⁰ Carta encaminhada por Fernando Lacourt ao presidente da Sociedade Recreativa Ouro Preto (Domingos Idalino) em 6 de março de 1944. Em virtude da pandemia da COVID-19 a fotocópia do documento foi disponibilizada por Alan Nunes Bica em 21 de dezembro de 2021 para Luana de Lima da Silva.

Stoltemberg. Esta correspondência, ao contrário das anteriores, apresenta um cabeçalho onde consta a data de fundação da instituição - “*Sociedade Recreativa Ouro Preto fundada em 03 de fevereiro de 1944*”. No ano de emissão da carta (1950) a instituição é referida na documentação como *Sociedade Recreativa* o que pode demonstrar uma mudança de caráter da instituição. De *Sociedade Carnavalesca* passou-se a denominar *Sociedade Recreativa*. Abaixo segue a transcrição da correspondência de acordo com sua grafia original para manter a fidelidade do documento:

Eu abaixo assinado João Artur Simão, tendo sido eleito presidente desta veterana Sociedade em assembleia geral realizada em 14-4-49, venho por meio deste, antes de organizar o programa de minha presidência, venho muito respeitosamente pedir a V. S. conceder-me uma entrevista, juntamente com meus colegas de diretoria, cujo o dia e a hora V. S. marcará. Sem mais, serto que serei honrado com vossa atenção, e acolhimento, fico inteiramente agradecido. Vosso, criado agradecido.¹¹

Para João A. Simão nomear a sociedade Ouro Preto como veterana nos leva a entender que o clube talvez tenha sido mais antigo do que a data relatada nas fontes ou que antes de sua fundação havia uma outra instituição. Portanto o Clube Ouro Preto pode ter sido a continuidade de uma organização negra anterior. Claudete Barbosa relata em seu depoimento (2020) que havia antes da fundação do clube Ouro Preto uma outra sociedade:

Tinha sociedade só dos brancos. Então os negros faziam festas de aniversário em casa. Armavam aqueles carramanchões, como chamavam antigamente. Para fazer estas festas. E então teve a Sociedade Ouro Preto. **Mas antes do Ouro Preto, teve uma sociedade de negros chamada Flor da Lua.** [...] A minha mãe contava que os bailes que eles iam, na época dela de moça, de solteira, era no Flor da Lua. E aí depois se tornou Ouro Preto. [...], o Flor da Lua era uma outra sociedade, que acabou. E aí então, fundaram o Ouro Preto.

Flor da Lua é uma planta muito misteriosa da família das cactáceas, floresce uma vez a cada ano durante a noite de lua cheia. Nome muito emblemático e que pode nos indicar sobre a relação da flor com um dos sentidos do clube, um espaço que oferece a atividade do carnaval uma vez ao ano. Gomes (2008) em sua dissertação de mestrado nos fala sobre o primeiro clube negro fundado na cidade de Caxias do Sul chamado Clube das Margaridas (1933). Segundo o

¹¹Correspondência enviada por João Artur Simão diretor do clube Ouro Preto à Mauré Stoltemberg engenheiro-chefe das minas de Butiá, em 26 de abril de 1950. O documento original encontra-se disponível no Acervo Histórico do Museu Estadual do Carvão em Arroio dos Ratos e a fotocópia do mesmo foi disponibilizada por Alan Nunes Bica em 21 de dezembro de 2021 para Luana de Lima da Silva.

autor, não se pode provar se a participação feminina no clube foi exclusiva. No entanto, para o autor, homenagear as flores com o nome do clube “[...] era uma demarcação explícita, uma representação inteligível aos seus contemporâneos, que indicava que o clube era organizado por mulheres (GOMES, 2008, p. 66).”

Retomando a correspondência enviada por João Artur Simão, podemos perceber a articulação de sua gestão, “*venho por meio deste, antes de organizar o programa de minha presidência*”. Este trecho evidencia o teor organizativo da sociedade Ouro Preto. Havia um projeto pensado pela direção de Simão que visava estabelecer as ações a serem tomadas durante sua gestão. Fazia parte do projeto do clube o estabelecimento de uma relação próxima com o engenheiro-chefe das minas de Butiá onde a correspondência enviada e a solicitação de uma entrevista deixam evidenciado. Mais uma vez retomamos a assertiva de que a inserção no mercado de trabalho era uma estratégia de busca por cidadania. O engenheiro-chefe carimbou a correspondência concordando com a proposta da entrevista escolhendo o dia 2 de maio de 1950 às 9h para realização da mesma. Para nós fica a curiosidade sobre o propósito da entrevista.

As festas e bailes eram práticas comuns que marcaram a existência dos clubes negros. No dia 19 de julho de 1950 foi oferecida uma festa nas dependências do Ouro Preto e como convidado especial estava o engenheiro-chefe das minas de Butiá Mauré Stoltemberg:

Realizando-se na noite de 29 do mez em curso em nsa sede uma festa, a qual temos a honra de oferecer à dignissima chefia desta Mina, com o presente, à direção desta sociedade toma liberdade de vos convidar oficialmente. Sem outro, contando com vossa honrrosa presença, Respeitosamente agradecemos.¹²

Como podemos perceber, a comunidade negra de Butiá fez questão de convidar o representante da empresa mineira para a festividade ofertada. Este convite nos leva a pensar que enquanto espaços destinados aos negros havia certa flexibilidade/abertura para que determinadas pessoas brancas adentrassem no espaço. Mas também nos faz lembrar do sistema *vila-fábrica* montado pelas empresas de mineração na região. Neste sistema de bem-estar social

¹² Correspondência enviada pelo diretor do Ouro Preto João Artur Simão ao engenheiro-chefe das minas de Butiá Mauré Stoltemberg em julho de 1950. O documento original encontra-se disponível no Acervo Histórico do Museu Estadual do Carvão em Arroio dos Ratos e a fotocópia do mesmo foi disponibilizada por Alan Nunes Bica em 21 de dezembro de 2021 para Luana de Lima da Silva.

oferecido pela empresa, havia o domínio/controlado sobre a cidade e a própria vida dos trabalhadores, numa espécie de tutela. Nesse sentido, caberia ao clube Ouro Preto por respeito à companhia mineradora prestar contas das atividades realizadas por meio do clube.

O diálogo estabelecido com as empresas era parte de uma relação paternalista estabelecida entre as instituições, conforme apontou Tassiane Freitas (2021) em relação aos clubes de futebol, segundo a autora:

[...] mesmo em meio a esta estrutura paternalista construída pelo Cadem, os operários construíram suas formas de resistência a partir das suas experiências, muitas destas compartilhadas nos próprios espaços construídos pelas companhias, sendo assim agentes históricos também a partir das condições encontradas (FREITAS, 2021, p. 280 e 281)

Tendo em vista o conteúdo das correspondências até aqui analisadas e o relato fornecido por D. Claudete é possível verificar que a comunidade negra mineira vivia em condições adversas em relação ao restante da sociedade butiaense como fica evidenciado pelo trecho “nossa vida penosa é tão restrita”. Esta realidade social estava intimamente ligada às consequências do racismo enraizado na cultura da comunidade. Nesse sentido, entendemos as ações desenvolvidas pela comunidade negra mineira a partir do clube Ouro Preto como parte de um projeto que buscava a sua inserção e participação na sociedade de forma efetiva. As estratégias acionadas pelo grupo tinham como base estruturante o enfrentamento ao racismo através dos trânsitos possíveis e proporcionados pelo contexto que viviam.

3.2 SOCIABILIDADE ENTRE A COMUNIDADE NEGRA MINEIRA

Até a década de 1980, a Sociedade Recreativa Ouro Preto tornou-se um dos principais espaços de lazer, promovendo dentre tantas outras atividades, sociabilidade para a comunidade negra de Butiá. A prática cultural carnavalesca e as festas em formato de bailes oferecidos pelo espaço possibilitaram circulações importantes no interior da comunidade negra trabalhadora. É sobre estas atividades que falaremos nesta parte da pesquisa.

Claudete Barbosa Pereira (2020) relata em sua entrevista sobre um presidente muito importante: “Na minha época, quando nós começamos, o seu Belarmino foi presidente, pela

segunda vez.” Conforme Extrato do Estatuto do clube Ouro Preto¹³ registrado em cartório no dia 29 de agosto de 1974, Belarmino Silvestre dividiu a diretoria do clube junto com o vice-presidente Amaro Ferreira, secretário José Antônio Fonseca de Oliveira, secretária Eva Custódia de Oliveira, tesoureiro Talles Ribeiro da Silva, a tesoureira Nali Ferreira e o conselho fiscal composto por Hélio Rodrigues de Amorim, Gilberto da Rosa, Carlos da Silva, Antenor Rodrigues e Assis Leal. Claudete menciona ainda um outro presidente chamado João da Mata, este presidiu o clube na época em que sua mãe frequentava.

Podemos perceber conforme o extrato do estatuto que o clube Ouro Preto foi registrado em cartório muito tempo depois de sua fundação. No documento consta como data de fundação o dia 15 de novembro de 1971, por coincidência o mesmo dia do aniversário da proclamação da República; no entanto, conforme as correspondências e o relato de Claudete o clube Ouro Preto era uma instituição bem mais antiga do que a data revelada neste documento. Sobre o registro dos clubes em cartório, Fernanda Oliveira (2017, p. 56) nos diz que este não era um hábito de início, o que indica o caráter recreativo e provisório com que eram criados.

Um ponto importante do documento é que a sede do clube era localizada na avenida Mauá, mas sem numeração. Cabe ressaltar ainda que o clube foi registrado em plena vigência da Ditadura Civil Militar e que talvez pelas características repressivas do período o mesmo não tenha tido o número de sua sede revelado. Conforme busca no aplicativo *google maps* o endereço do clube está situado no bairro Vila Nova, região nordeste da cidade. Próximo a este bairro está o São José bairro em que foi fundado o Poço 2 de mineração também conhecido por Esqueleto ou Poço Farroupilha. Conforme texto publicado por Gabriel Araújo (2018) na plataforma jornalística *Medium*: “Foi neste bairro onde a maioria das famílias negras se estabeleceram e, com o passar do tempo, começaram a crescer e a ocupar o espaço da cidade”. Ainda conforme o texto (2018), o clube Ouro Preto e a Igreja Santa Bárbara foram assentadas neste bairro não por coincidência, mas por conta do processo de segregação das raças, revelando como o período de segregação racial também pode ser visualizado a partir da geografia histórica da cidade. Claudete (2020) conta que residiu nesta região próxima ao Poço 2 até seus oito anos de idade e nos fala sobre o racismo na localidade.

¹³ Extrato do Estatuto da Sociedade Recreativa Ouro Preto - 1974.

Os bairros pertencentes a geografia segregada da cidade de Butiá podem ser ressignificados e percebidos como territórios negros, a exemplo do que Daniele Vieira Machado (2017) estabeleceu para os bairros de Porto Alegre. Segundo a autora:

Territórios negros são espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas além disso são espaços simbólicos onde os sentidos e significados estão relacionados às práticas ali existentes a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro (VIEIRA, 2017, p. 41).

Ainda de acordo com a autora (2017, p. 43) o simbolismo está presente nestes espaços a partir das práticas e relações construídas por homens e mulheres negras, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, escolas, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. Salaria a autora que “territórios negros nem sempre são espaços exclusivamente negros, mas nos quais a presença negra é uma questão central” (VIEIRA, 2017. p. 43).

Tabela 1 – Relação das diretorias iniciais do Clube Ouro Preto

Ano	Presidente	Secretário	Representante da Empresa Companhia Carbonífera Minas do Butiá
1944	Domingos Idalino	Ernani Conceição	Fernando Lacourt
1950	João Artur Simão	?	Mauré Stoltemberg

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações contidas nas correspondências oficiais do clube Ouro Preto.

Tabela 2 - Composição da direção no ano de 1974

Ano	1974
Presidente	Belarmino Silvestre
Vice-presidente	Amaro Ferreira
Secretário	José Antônio Fonseca de Oliveira
Secretária	Eva Custódia de Oliveira
Tesoureiro	Talles Ribeiro da Silva
Tesoureira	Nali Ferreira
	Hélio Rodrigues de Amorim

Conselho Fiscal	Gilberto da Rosa
	Carlos da Silva
	Antenor Rodrigues
	Hélio Rodrigues de Amorim

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações do Extrato do Estatuto da Sociedade Recreativa Ouro Preto.

As tabelas acima foram elaboradas para melhor visualização dos nomes que compuseram as diretorias da instituição Ouro Preto nos anos de 1944, 1950 e 1974. Se trata de apontamentos iniciais, uma vez que as fontes disponíveis não nos fornecem maiores informações. Pesquisas futuras podem contribuir para melhor preenchimento e aperfeiçoamento das informações.

Por volta da década de 1970 o clube Ouro Preto tinha cerca de 70 sócios cooperando. Era dedicado um baile por mês aos sócios e seus filhos. Havia também as reuniões dançantes em que os sócios podiam participar, mas que era mais comum a presença dos jovens. Os bailes eram sempre muito bem organizados e sofisticados, o que deixava demonstrar pela lotação máxima do ambiente. No Ouro Preto tocava uma banda orquestrada permanente, entre os integrantes estava seu Valdo, um senhor chamado *Xandu* e *Manduca*. Era pessoas tradicionais que ficaram muito conhecidas na cidade e região.

Retomando as memórias de D. Claudete sobre a gestão do presidente Belarmino Silvestre, este buscou retomar e renovar a atividade do carnaval realizada desde os anos iniciais no clube. O trabalho promovido por Belarmino se deu através do estabelecimento de uma rede social negra:

Ele venho para Butiá, para uma casa de santo. Um terreiro, um grande terreiro. Duma mãe de santo renomada, que veio de Porto Alegre para Butiá. Ela comprou um quarteirão, que não fica muito longe da minha casa. E os filhos de santo ficaram vindo. De Porto Alegre, dos Ratos... E ele foi um destes filhos de santo que veio e veio morar em Butiá. Quando ele foi trabalhar como presidente, ele aproveitou a casa de nação para reunir as meninas. Ele queria que as meninas tivessem vínculo com ele. Para que ele pudesse coordenar tudo de perto. E então, tinha as filhas da mãe de santo...a Eliane foi que fez a ponte. Então era eu, a Eliane (filha da mãe de santo), um outra menina, Carmem Luísa, que era filha de uma outra frequentadora do terreiro, era uma principal que trabalhava no terreiro, e uma prima minha que morava perto da casa dele, a filha dele, Maria Aparecida. E ele juntou e fez uma comitiva. Nessa comitiva, ele passou um trabalho para nós. Nós tínhamos de fazer coleta de quitutes. Uma foi sorteada para

arrecadar bolo, a outra foi sorteada para arrecadar canudinho, a outra foi sorteada para arrecadar pizza e assim foi. Cada uma de nós tinha uma missão. E isso era para o carnaval.

Como evidenciado pela memória de Claudete o clube Ouro Preto através de sua direção buscava estabelecer relações próximas com outros tipos de organizações negras formando os laços de solidariedade negra na cidade. Foi através de uma casa religiosa (Casa de Nação) de uma mãe de santo muito renomada na cidade, que a sociedade recreativa conseguiu organizar um grupo de meninas e uma banda de músicos para arrecadar fundos para a realização do carnaval.

Na época de carnaval quatro noites eram separadas para a comemoração da festa, a comunidade negra de Butiá recebia convites para participar do evento em outras cidades, mas destas quatro noites de carnaval duas tinham que ser reservadas para ser comemorada no clube Ouro Preto. Tendo em vista a realização de um chá dançante, por meio deste, buscava-se a arrecadação de alimentos, aquisição de instrumentos musicais e venda de ingressos para realização do festejo. As pessoas unidas no trabalho de organização do carnaval - em sua maioria mulheres, formavam uma comitiva que era responsável pela atividade. Dentre estas atividades de organização do chá dançante, as meninas ficavam encarregadas também da venda dos ingressos:

Ele trabalhava junto conosco e nós tínhamos de prestar contas de tudo para ele. E ele era uma pessoa maravilhosa. A gente, além de trabalhar, a gente gostava dele. Como pessoa. A gente queria fazer, porque ele era uma pessoa maravilhosa. E dentro desta função, ele preparava os ingressos, e cada uma de nós ganhava seis ingressos para vender. E nós tínhamos de vender. Ele dizia: eu não aceito devolução. E aí a sociedade ficava com o resto. E aí a gente vendia os nossos seis. Os meus eu vendia em casa mesmo. Família grande. Eu vendia em casa mesmo. E esta senhora com quem eu fui criada, quando eu chegava, ela já dizia: “Dete, eu quero três ingressos”. Então eu já deixava os três – que era o meu, o dela e o de uma afilhada.

O valor arrecadado com a organização do chá era investido na compra de tecidos para as fantasias de carnaval. Indagada pela entrevistadora sobre as fantasias, Claudete (2020) relata que: “No nosso caso, como eram negros, era tipo africano. Vestido barrado. Cada ano, um barrado diferente”. A apropriação de vestimentas remetendo ao “estilo” africano, nos informa sobre a valorização da cultura africana e a conexão com as raízes ancestrais. O carnaval na época relatada (1970) pela entrevistada era realizado nas dependências dos clubes:

Os blocos ficavam nos clubes e outros clubes convidavam estes blocos para visitação. A gente era convidado para ir a Triunfo, Leão. Os convites já vinham antes do carnaval. Para o clube, o presidente. E o presidente passava: “Olha, recebemos o convite, aceitamos ou não?”. E a gente já se preparava. Eles conseguiam um ônibus e nós sa amos do clube para o ônibus e seguia viagem.

Nota-se que a divulga o do carnaval nos clubes se dava por meio de convites/bilhetes impressos não sendo demonstrado até o momento a existência de uma imprensa negra como meio de divulga o. Sobre a visita o em clubes vizinhos era comum os demais clubes negros prestigiarem os clubes denominados co-irmãos (demais associa es negras), formando um circuito de sociabilidade negra na cidade (SILVA, 2017). De acordo com Claudete (2020) esta atividade de visita o dos co-irmãos era conhecida por “assalto”, por ter a característica de ser de surpresa. O clube Ouro Preto era um clube totalmente voltado para os negros isto porque ainda na década de 1970 o racismo estava muito presente nos espaços recreativos. Segundo a entrevistada, fazendo men o ao tradicional Clube Butiá: “Em Butiá, nem na calçada. [falha na conexão] aglomera o de negros. Era realmente racismo mesmo, fechado [...] Não podia entrar e nem ficar muito tempo na frente”. Para interditar a presença negra neste local haviam pessoas na entrada do clube que pediam para as pessoas negras se retirarem.

A organiza o do carnaval era um trabalho coletivo construído por várias mãos negras, especialmente pelas mãos das mulheres negras.  s mulheres cabia a organiza o e fiscaliza o das festas. Na década de 1970 podemos perceber a presença de mulheres na dire o do clube Ouro Preto a exemplo da secretária Eva Custódia de Oliveira e a tesoureira Nali Ferreira. No entanto, nos clubes fundados até a década de 1930/1940 não era comum a presença de mulheres em cargos de dire o, pois de acordo com Fernanda Oliveira (2017, p. 60), os clubes negros reproduziam a percep o de gênero da sociedade aferindo um papel periférico   mulher. Sobre a importância das mulheres na organiza o da sociedade Claudete (2020) relata o seguinte:

Elas, as diretoras, como eu costume dizer, da Sociedade, elas se posicionavam... Os homens trabalhavam na organiza o e elas botavam a mão na massa. E tudo muito organizado. Porque nós ajud vamos a servir e quando nós sa amos dali, ficava tudo organizadinho. A gente tinha que trabalhar mesmo!

Georgina Helena Lima Nunes em artigo intitulado *Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que sempre fazer vento!”* (2004) nos brinda com uma análise muito importante e expressiva sobre o movimento social de mulheres quilombolas, para pensar o enfrentamento ao racismo e sexismo na região sul. No momento que discorro sobre a presença das mulheres negras na

comunidade mineira a partir do clube Ouro Preto, é digno lembrar uma bela passagem de sua escrita:

Nessas aproximações entre o acadêmico e as cotidianidades negras, Tia Vica, na sua tarefa de apresentar a comunidade, valia-se, repetidamente, da expressão que não se restringia a um correr no tempo e espaço do quilombo, mas, sim, de uma atitude de movimento, muito típica das mulheres negras, que ressignificam histórias de subjugação, de subserviência, de antinomias à liberdade: “nós temos que fazer vento!” (NUNES, 2004, p. 182).

Neste capítulo abordei as estratégias de resistência desenvolvidas pelo clube Ouro Preto na cidade de Butiá. Estas estratégias visavam sobretudo o enfrentamento ao racismo presente na vida das pessoas negras, para isso foi necessário que a comunidade negra forjasse suas experiências a partir do repertório disponível. Através de análise de memórias busquei apresentar as movimentações sociais estabelecidas por meio do carnaval realizado no clube Ouro Preto. No próximo capítulo pretendo falar sobre trajetórias de vida. Neste campo de análise a perspectiva interseccional ganha sentido a partir da história de vida de Claudete Barbosa Pereira.

4 O CLUBE OURO PRETO NA TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA

Foram as mulheres afro-gaúchas, as ventanias negras do Sul, que nos trouxeram até aqui, que transformaram o não lugar, em um outro sul.

(Fernanda Oliveira da Silva)¹⁴

Neste último capítulo buscamos compartilhar a história do clube Ouro Preto a partir das memórias de D. Claudete Barbosa Pereira sobre sua trajetória de vida. Entendemos a memória a partir de Pollak (1992) como um fenômeno individual e coletivo submetido a flutuações e transformações constantes, mas que também apresentam pontos invariantes. Compreendemos a memória não apenas como um depositário passivo de fatos, mas como um processo ativo de produção de significados (Portelli, 1997). A entrevista de Claudete é um relato pessoal que nos permite conhecer a experiência coletiva conforme apontou Alberti (2000). Trata-se de apresentar a história das pessoas ditas comuns para pensar questões sobre o período pós-abolição na região carbonífera. Este exercício de análise se torna um desafio na medida em que

¹⁴ SILVA, 2020, p. 27.

devemos compreender como as memórias de Claudete são atravessadas pelos marcadores sociais de raça, gênero e classe, entendendo estes marcadores como condições fundamentais para pensar a história dos sujeitos na formação das sociedades. Apresentamos a existência de uma mulher negra que nos brinda com sua força e história de luta na cidade de Butiá. Esta análise e escrita propõe aquilo que Conceição Evaristo chamou para o campo da literatura de “escrevivência”¹⁵. Nas palavras da autora, “uma escrita que se dá através da vida”. A história de vida de Claudete nos permite ainda conhecer a multidimensionalidade de sua vida, identificar o que seus relatos nos dizem sobre a história da do Ouro Preto e da comunidade mineira e encontrar cruzamentos possíveis entre sua existência e as trajetórias de vida de outros indivíduos negros conterrâneos.

4.1 CLAUDETE BARBOSA PEREIRA: DO POÇO 2 DE MINERAÇÃO À MILITÂNCIA NO GRUPO MARACATU KIZOMBA

Claudete Barbosa Pereira nasceu na cidade de Butiá em agosto de 1957, neta de Manuel Domingos Padilha, seu avô materno, e filha de Patrício Antunes Barbosa, ambos trabalhadores mineiros nas minas de Butiá. Sua mãe, Eva Padilha Barbosa, foi a mulher que lhe contava as histórias sobre o Ouro Preto, uma guardiã de memórias e “verdadeira historiadora”, como relatado em suas lembranças. A história de vida de Claudete foi marcada pelo racismo e resistência a discriminação como forma de sobrevivência como fica evidenciado em suas lembranças. Claudete pensou também a promoção de um futuro menos desigual atuando no Movimento de Consciência Negra *Maracatu Kizomba*.

Claudete relatou que vivera até os oito anos de idade no bairro onde hoje estão localizadas as ruínas do Poço de mineração número 2 - conhecido por Esqueleto¹⁶ ou Poço Farroupilha. O poço recebeu este último nome pois em 1935 quando foi inaugurado comemorava-se o centenário da “revolução”. Após a inauguração do poço, começou a ser formado um aglomerado de pessoas na região, onde posteriormente veio a se chamar Bairro Vila Nova. Neste bairro foram construídas casas geminadas de madeira cobertas de telhas para

¹⁵ EVARISTO, Conceição. Escrevivência. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/QXopKuvxevY>. Acesso em 21 de março de 2022.

¹⁶ Devido ao desgaste natural, atualmente resta apenas o *esqueleto* da construção. É tombado como Patrimônio Histórico do município de Butiá.

os trabalhadores das minas (Hoff, 1992). As casas eram fornecidas pelas empresas mineradoras (FREITAS, 2021, p. 70). As casas dos operários eram em sua maioria simples e sem conforto; já as casas destinadas aos engenheiros e capatazes eram de alvenaria, maiores e com mais comodidades.

As lembranças que Claudete tem do período é que na comunidade em que vivia havia uma série de conflitos e tensões em torno dos diferentes grupos étnicos e raciais que coexistiam no espaço. Conta a entrevistada: “Eu lembro que nós morávamos no poço 2, e nós tínhamos vizinhos brancos e não se misturavam muito, nem criança, também”. Segundo Claudete, as crianças brancas cometiam agressões e sentiam-se no direito, devido à cor da pele, de intimidar as crianças negras que viviam no mesmo núcleo de moradia.

Claudete lembra que no poço 2 havia uma torneira pública em um carro d’água (espécie de carro pipa) que passava na região. Era muito difícil para as crianças negras conseguirem pegar água quando o carro chegava. Segundo seu relato, a criança branca pegava água, enchia o recipiente e retornava ao reservatório, impossibilitando que a criança negra tivesse a vez. Muitas vezes, somente os pais das crianças negras conseguiam pegar água do carro. O fato de haver um carro móvel que transportava água demonstra que o abastecimento de água nas residências era precário e que a água era imprópria para consumo, o que nos mostra as condições insalubres em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Freitas (2021) o acesso à água potável nas residências e locais de trabalho era um problema frequentemente denunciado pelos mineiros e suas famílias em Butiá:

A falta de água encanada na maioria das casas transformava-se num tormento nos dias de verão. Já a umidade a que ficavam expostas durante o inverno tornavam-nas insalubres para seus residentes, o que facilitava a instalação de doenças como febre tifoide, disenteria bacilar e pneumonia (FREITAS, 2021, p. 70)

De acordo com a autora, devido a este quadro de insalubridade e periculosidade na região mineira, “o Sindicato dos Mineiros apontava, mediante o memorial, para a reivindicação da redução do número de anos de trabalho para fins de aposentadoria (FREITAS, 2021, p. 70).” O memorial foi um documento encaminhado em 1937 pelo Sindicato dos Mineiros ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon Magalhães denunciando a condição árdua do trabalho nas minas de carvão.

A presença de pessoas negras convivendo lado a lado com pessoas brancas em bairros pobres já foi objeto de estudo do professor e pesquisador Marcus Vinicius Freitas da Rosa

(2011). O autor analisou formas de interações cotidianas desenvolvidas por negros e brancos, nacionais e estrangeiros na Colônia Africana, bairro cuja quantidade de moradores negros era bastante elevada. Segundo o autor (2011, p. 5) as pesquisas sobre imigração no Rio Grande do Sul focaram exclusivamente nas experiências de europeus. Por outro lado, os estudos sobre a população negra na capital tenderam a enquadrar as experiências e formas de sociabilidade negra nos debates sobre territórios negros. De acordo com o autor (2011), tais pesquisas ignoraram a coexistência e as relações entre negros e brancos no mesmo espaço. Nesse sentido o trabalho do autor nos serve de inspiração para pensar as relações desenvolvidas entre trabalhadores brancos e negros na comunidade mineira.

Ao contar sobre as experiências com o racismo presentes na comunidade em que morava, D. Claudete relata a existência de outras formas de opressões:

Não existia só o racismo, mas existia o machismo também. Pai não deixava que a gente tomasse uma atitude. Tinha que ser contado para o pai, o pai tinha de ir lá conversar e resolver. Então tinha essa rusga entre pais. Tinham pais que reagiam. Tinham pais que não. As crianças apanhavam e ficava por isso mesmo.

Em resposta às discriminações praticadas pelos sujeitos brancos moradores do poço 2, Claudete viu-se na utilização do enfrentamento como estratégia de convivência no espaço. Esta foi uma das atitudes que aprendeu com seu pai, homem bastante reverenciado em sua entrevista: “O meu [pai] sempre reagiu. Eu aprendi a ter reação porque meu pai sempre reagiu. E nós vivemos assim”. Conta que seu pai foi um homem negro muito respeitado, pois se posicionava em relação ao racismo existente na região. Dona Claudete lembrou que o pai foi criado em fazendas, diferentemente de sua companheira, Eva. Em seu relato, ela marcou claramente a diferença entre as experiências de sociabilidade de seus pais a partir destas origens:

O meu pai não contava muito as histórias do Ouro Preto. Foi mais a família da minha mãe. Meu pai teve um outro tipo de vida. Não muito em sociedade. Ele foi aprender o que era baile e coisa assim depois que ele se casou. Porque solteiro, não muito. Eles foram criados em fazendas, os pais trabalhavam naquelas fazendas, e eles cresceram assim, na família do meu pai. Então ele não teve muita esta coisa do Ouro Preto. Chegou a ir no Ouro Preto mas foi poucos anos. Não era assim dele falar desta história. A minha mãe falava mais.

Em vídeo¹⁷ produzido pela administração pública da cidade de Butiá em 2021, através do Núcleo de Relações Raciais em comemoração à 34ª Semana da Consciência Negra, Claudete Barbosa nos forneceu o seguinte relato sobre seu pai:

Meu pai teve um passado muito forte por isso que eu digo que sou filha de Patrício Antunes Barbosa, porque meu pai foi criado em terras de fazendeiros. Meu avô Rafael, pai dele, foi um pé no chão, filho de pessoas chefes de fazenda, chamado filho adotivo, mas na realidade era um escravo.

As lembranças de Claudete nos informam sobre uma memória da escravidão. Podemos perceber que a história difícil e sofrida relatada sobre o pai estão relacionadas com o passado escravista, onde está indicado que seu avô paterno Rafael teria sido um escravizado “filho de adoção”. A permanência de ex-escravizados ou descendentes destes nas fazendas foi uma estratégia comum acionada pelos senhores de terras após a abolição visando manter o aprisionamento da mão de obra de trabalhadores negros (MOLET, 2018).

Buscando efetivar sua condição de cidadão na cidade de Butiá, Patrício teria optado pela dedicação ao trabalho nas minas, onde acabou se aposentando após 25 anos de trabalho. Conforme D. Claudete, a inserção e permanência no mercado de trabalho esteve alinhado com outro aspecto de extrema importância para a comunidade negra, os cuidados com a beleza e aparência enquanto ação política:

Ele era um negro que chegava preto de carvão, mas ele entrava em casa, tomava o banho dele, colocava o sapato. Ele odiava sapato de napa, ele gostava de sapato de couro. Nós não tínhamos uma vida muito fácil, mas ele lutava muito, trabalhava muito, dobrava em baixo da mina para conseguir comprar o seu ternozinho de linho. E ele sempre nos ensinou que a gente tinha de estar limpo, bem calçado, para poder levantar a cabeça. Porque a pessoa olhando visualmente, ele dizia, já não podia baixar tanto.

Na entrevista, cujo tema principal era a Sociedade Ouro Preto, D. Claudete, recordou aspectos de sua vida. Lembrou que durante sua adolescência, entre os 16 e os 18 anos de idade, começou a trabalhar como cozinheira em “casas de família” na cidade de Porto Alegre. Durante a semana ficava trabalhando na capital e aos finais de semana retornava para Butiá. Aprendeu os conhecimentos da cozinha com uma mulher negra considerada muito importante na

¹⁷ Projeto Vidas Negras EP. 3 Claudete Barbosa - Disponível em: <https://fb.watch/cCmfVGZzIA/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

comunidade: “Eu fui criada com uma obstetra negra, Maria Preta. E ela cozinhava muito. E eu então aprendi a cozinhar”. Mais conhecida por *Maria Preta* por vezes chamada pela alcunha de *mãe preta* em relatos de moradores da região, Maria Pereira da Silva trouxe ao mundo grande parte das crianças nascidas em Butiá, era parteira ou como D. Claudete menciona, obstetra pois era comum na época mulheres desenvolverem o ofício de enfermeiras. D. Claudete relatou que era encarregada de vender ingressos para as festas na Sociedade Ouro Preto, e reforçou que nestas ocasiões, Maria sempre os adquiria: “E esta senhora com quem eu fui criada, quando eu chegava, ela já dizia: Dete, eu quero três ingressos”. Então Claudete já deixava os três – que era o dela, o de Maria e sua afilhada. Quando retornou para Butiá, Claudete trabalhou por 16 anos na cozinha de uma empresa metalúrgica chamada Semeato de Aços. A Companhia Semeato de Aços foi fundada em 28 de maio de 1976 e tinha como atividade a fabricação de discos e peças agrícolas (Hoff, 1999).

Imagem 1 - Obstetra *Maria Preta* e a professora *Duca*



Fonte: Captura de tela do Grupo do Facebook AFHB - Acervo de Fotografias Históricas de Butiá (2020)
Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/118762192081460/>.

A condição da mulher negra no mercado de trabalho já foi objeto de estudo de diversas intelectuais negras dentre as quais destacamos as norte-americanas (DAVIS, 2016; COLLINS, 2019) mas neste estudo demonstramos a importância da historiadora Beatriz Nascimento para o início da discussão no Brasil. Em artigo publicado em 1976 para o Jornal *Última Hora*, reunido na coletânea autoral *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição*, a autora discorre sobre a condição da mulher negra no mercado de trabalho:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (NASCIMENTO, 2018, p. 82)

Acrescenta a autora que estas sobrevivências ou consequências da escravidão estão relacionadas com a manutenção de privilégios por parte dos sujeitos brancos. Segundo a autora (2018), pesquisas baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registraram que as mulheres brancas conseguiram maior acesso ao curso superior diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre mulheres e homens brancos, o que não ocorreu em relação à população negra e parda, e menos ainda em relação à mulher negra. De acordo com Nascimento (2018, p. 84) a mulher negra se manteve na posição mais baixa da hierarquização social por dois motivos: acesso insuficiente à educação o que possibilitaria sua qualificação para empregos mais burocráticos e segundo porque grande parte destes empregos, como por exemplo o comércio, utilizava a questão da raça como critério de seleção, desqualificando automaticamente as mulheres negras. Como podemos observar ainda recentemente quando são solicitadas fotografias nos currículos ou quando nos anúncios de emprego está contida a expressão “boa aparência”. Entendemos que tais apontamentos nos revelam que a necessidade de levar em conta a estética como critério de seleção nos empregos é também parte de uma política racista e sexista no mercado de trabalho. Ressalta ainda a autora que não é somente pela lente do mercado de trabalho que podemos avaliar a situação da mulher negra: “o fato mesmo de ser mulher, atraiu para si um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização” (NASCIMENTO, 2018, p. 84).

Em 1984 Lélia Gonzalez propôs o estudo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” neste estudo autora nos apresenta como se construiu através do mito da democracia racial o lugar natural atribuído as mulheres negras na sociedade brasileira. Segundo a autora (1984) os estudos nas ciências sociais tratavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica onde apresentavam uma série de problemas advindos com as relações raciais, no entanto outras questões desafiavam as explicações como as noções de mulata, doméstica e mãe preta. Estas noções teriam surgido no período da escravidão com a figura da *mucama*, escravizada que no sistema produtivo escravista oferecia a prestação de bens e serviços. Afim de exemplificar esta

relação a autora cita a articulação entre a divisão racial e sexual do trabalho, onde se tornou natural enxergar e atribuir às mulheres negras atividades que não implicam lidar com o público, atividades em que não precisaria ser vista.

Sueli Carneiro (2011) em *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, também corrobora neste aspecto. Segundo a filósofa e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, no Brasil e América Latina -, a violência colonial perpetrada pelos colonizadores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial (2011, p. 1). Para a autora:

Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Segundo a autora aquilo que poderia ser considerado como história do Brasil colonial permanece no imaginário social adquirindo novos contornos em uma ordem social que se denomina democrática, mas que “mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão (CARNEIRO, 2011, p. 1)”. Fazendo uma crítica ao movimento feminista branco, Sueli (2011) nos diz que as mulheres negras são parte de uma experiência histórica diferenciada onde o discurso clássico sobre as opressões femininas não dão conta de reconhecer suas especificidades.

As colocações de Beatriz Nascimento na década de 1970 e posteriormente corroboradas pelo pensamento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, já apontavam para uma leitura interseccional da realidade vivida por mulheres negras na sociedade brasileira. O conceito de interseccionalidade como teoria crítica da raça foi cunhado por Kimberlé Crenshaw após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001 (Akotirene, 2018). Segundo Akotirene (2018), o conceito é uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras que não obtiveram respostas de suas experiências e reivindicações no feminismo branco e movimento antirracista. Nesse sentido a interseccionalidade como perspectiva de análise propõe:

[...] dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Não há indicações da existência de trabalho feminino no trabalho nas minas de carvão do Rio Grande do Sul, diferentemente de Santa Catarina, onde a função de “escolha” - ato de separar as rochas cuja qualidade era superior, era desenvolvida pelas mulheres. Segundo Speranza (2020):

No Rio Grande do Sul, a criação de uma estrutura de bem estar social destinada a fixar os trabalhadores nas vilas mineiras, tinha como importante instrumento desse mecanismo o estímulo aos trabalhadores casados e às famílias, com uma estrita separação dos papéis de gênero, que vedava o trabalho feminino na esfera da exploração do carvão. A elas era reservado o trabalho doméstico e algumas funções públicas, como professoras ou enfermeiras, porém de número muito limitado (SPERANZA, 2020, p. 118)

Mesmo não atuando diretamente no aparato da exploração do carvão, as mulheres desenvolviam trabalhos associados à manutenção do ofício mineiro:

[...] as mulheres dispndiam seu dia em atividades como a lavagem das roupas, a feitura das refeições para os operários (que os filhos levavam para a mina para o pai ou para serem comercializadas), os cuidados com a casa e até no banho dos trabalhadores mineiros, ritual diário extremamente importante, já que os corpos dos operários chegavam da labuta cobertos de pó de carvão, da cabeça aos pés. (SPERANZA, 2020, p. 120)

Claudete Barbosa Pereira e Maria Pereira da Silva protagonizaram profissões essenciais para a manutenção da vida na sociedade mineira. Uma mantinha a vida através da nutrição, a outra tinha como missão facilitar a passagem da vida para o mundo terreno. Duas mulheres negras que exerciam profissões relacionadas ao âmbito doméstico extremamente importantes. O contexto vivenciado por estas mulheres nos permitem enxergar as continuidades de um passado baseado no domínio, exploração e violência contra os corpos das mulheres negras, mas não apenas de marcas colonizadoras são vistas suas trajetórias.

A resistência como prática de existência e luta contra o racismo é retórica comum na narrativa de Claudete sobre sua história de vida. Por meio do ativismo político, Claudete encontrou mais um caminho possível de luta contra o racismo, reconhecimento e valorização da identidade negra da região carbonífera. Junto com outros integrantes, fundou o grupo Maracatu Kizomba, do qual participa atualmente. O grupo promove palestras e atividades de conscientização racial na cidade. Dentre estas atividades está uma parceria desenvolvida com o

professor de história Alan Nunes Bica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Venceslau Brás, localizada na cidade de Butiá. Neste espaço escolar são realizadas atividades culturais durante a semana da consciência negra.

Claudete conta que, durante a década de 1980, o Clube Butiá teve o interesse de realizar uma festa de carnaval e gostariam que uma bateria de negros tocasse. Foi fundado então um grupo de negros chamado “Os doze” pois havia doze integrantes. A questão relatada por Claudete (2020) é que a bateria “[..] entrava, levava eles até lá, mas os negros não ficavam dentro do clube. Tinha uma boate onde separava este pessoal da bateria”. A bateria de homens negros era impedida de permanecer no mesmo espaço dos brancos e eram levados para uma boate separada, onde recebiam bebidas e depois se retiravam do local. Teria sido a juventude que jogava futebol junto e se reunia nas praças da cidade os precursores de um movimento inicial de mistura das raças nos clubes. Conta que seu marido jogava futebol e ao que tudo indica foi um dos integrantes deste movimento.

Em 1973 foi fundado em Minas do Leão o clube misto chamado Atlético União, onde os negros de Butiá passaram a frequentar junto com os brancos. As práticas racistas ocorridas na sociedade mineira começaram a sofrer mudanças no final da década de 1980 e início dos anos 1990 onde conforme relembra Claudete ficou “mais leve”. A presença negra junto à estrutura da cidade começou a ganhar certo reconhecimento e visibilidade a partir de 2002 quando foi batizada uma praça pública cujo nome homenageia um importante líder religioso conhecido por Tio/Pai Paraíba ou Pai veio de Xapanã. A alcunha “pai” indica que o mesmo dirigia uma casa de religião. A praça criada sob a Lei nº 1724 em 02 de maio de 2002 chamasse *Praça Tio Paraíba*. Segundo memórias locais, seu Paraíba residia no antigo bairro Favela, nome muito peculiar, hoje conhecido por Cidade Alta, bairro em que está localizada a praça.

Neste capítulo apresentamos o clube Ouro Preto a partir das memórias de Claudete sobre sua trajetória de vida. Foram apresentados os conflitos e tensões entre negros e brancos no bairro de trabalhadores culturalmente conhecido por poço 2. Destacamos a trajetória de seu avô e pai, figuras que ocuparam cargos importantes no trabalho das minas de carvão. E apresentamos uma análise de aspectos de sua história de vida a partir da ótica da interseccionalidade por entender esta categoria analítica como uma possibilidade de oferecer maior compreensão sobre a história de vida das mulheres negras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho propomos uma releitura da região carbonífera do Rio Grande do Sul evidenciando o protagonismo negro na formação da comunidade mineira. Se tratou de um estudo inicial que procurou trazer elementos referentes à agência dos sujeitos negros através do associativismo negro e de trajetórias de vida. Inserimos estas análises no campo de estudos do pós-abolição, entendendo este como um processo histórico de construção da liberdade e cidadania (MATTOS; RIOS, 2004). Nosso maior objetivo foi compreender como a Sociedade Recreativa Ouro Preto reagiu frente ao racismo existente na região carbonífera entre os anos de 1944 e 1980.

A fim de compreendermos a experiência do clube Ouro Preto, percebemos que se tornou importante recuar e nos situarmos no tempo-espaço para entender o contexto sócio-histórico e econômico do qual fazia parte o clube. Baseado em bibliografia (SPERANZA, 2012; FREITAS, 2021) e fontes analisadas, ficou demonstrado que as vilas mineiras de Butiá e Arroio dos Ratos estiveram ao longo do século XX sob o controle rígido das empresas de mineração atuantes na região. Através de um sistema de bem-estar social, as empresas auxiliavam moral e materialmente na criação da infraestrutura das vilas, construindo desde repartições públicas, casas para os trabalhadores até rede de assistência e lazer para a população local. O sistema vila-fábrica tinha como características atrair e manter a mão de obra bem como legitimar a superexploração dos trabalhadores (SPERANZA, 2012). Tendo em vista esta estrutura de bem-estar e controle criada pelas empresas, ficou demonstrado que a existência de clubes de lazer e sociedades recreativas estavam relacionadas ao trabalho, e de forma mais específica ao projeto paternalista criado pelas empresas mineradoras. Entendemos assim que estes eram espaços associativos de promoção do lazer para os trabalhadores das minas de carvão e suas famílias.

A existência de clubes recreativos que não permitiam a entrada e permanência dos sujeitos negros, a exemplo do que foi o Clube Butiá, e a existência de clubes exclusivos para a comunidade negra demonstra que havia uma hierarquização racial nesta comunidade de trabalhadores. Nos demonstra ainda que esta segregação racial era promovida e amparada pelas empresas mineradoras já que a criação dos clubes e outros estabelecimentos públicos dependia da aprovação ou não do consórcio que administrava as empresas - o CADEM. Esta segregação nos permite perceber como o racismo operante nesta comunidade materializava-se no âmbito institucional.

Nos parece até o presente momento que os espaços recreativos eram os locais onde a segregação se tornou mais visível. No trabalho nas minas de carvão e em outros espaços como os clubes de futebol parece que brancos e negros conviviam lado a lado ainda que não houvesse conciliação. Em relação aos clubes esportivos Freitas (2021, p. 100) nos diz que haviam práticas utilitaristas nos clubes acessados pelos negros. Havia nesse sentido práticas historicamente associadas ao racismo através da segregação imposta pelos costumes. A questão racial parece ainda não ter sido resolvida e maior explicada nestes espaços.

A Sociedade Recreativa Ouro Preto foi uma organização negra fundada na cidade de Butiá em 03 de fevereiro de 1944 por e para os trabalhadores negros mineiros que atuavam na região. A fundação de um clube negro em uma sociedade hierarquizada social e racialmente deixa elucidar a importância destes espaços e o caráter político com que eram criados. É a partir desta interpretação, enxergando os clubes como espaços de cidadania (SILVA, 2017) que pensamos a experiência do clube Ouro Preto na cidade de Butiá. A fundação do clube foi uma necessidade histórica dos trabalhadores negros da região que tinham seus direitos de acesso à cultura e lazer ainda negados. Em busca de convívio social “que em nossa vida penosa é tão restrita” foi necessário a negociação com o patronato empresarial como estratégia de luta para ganhos políticos. Nesse sentido, a negociação travada com as empresas mineradoras é visualizada como uma estratégia de resistência construída pela comunidade negra mineira frente ao racismo existente na região. A já citada estrutura paternalista montada pelo CADEM era então naquele contexto o repositório disponível para que negros e negras forjassem suas histórias.

Entendemos a Sociedade Ouro Preto como espaço que proporcionou o acesso à cultura e lazer para os trabalhadores negros da cidade de Butiá e suas famílias. As festas, bailes e carnavais promoveram para a comunidade uma ampla rede de circularidade e solidariedade negra. Denominadas co-irmãs ou co-irmãos as associações negras buscaram através da união construir os festejos, trocar experiências e juntas unificarem a luta do povo negro na região. Como fica evidenciado na colaboração estabelecida entre a casa de religião frequentada pelo presidente Belarmino e o clube Ouro Preto, mencionada na entrevista de Claudete Barbosa, que juntas buscaram angariar fundos para a realização do carnaval. O carnaval era uma prática cultural que demandava muito trabalho e esforços dos frequentadores do clube. A divulgação da festa se dava por meio de convite impresso. Embora as mulheres tivessem um papel periférico na administração do clube até determinado período, elas foram fundamentais para a

existência do espaço uma vez que cabia a elas a venda de alimentos para serem revertidos na consolidação do carnaval e manutenção da sede do clube. O carnaval significou o acesso digno ao lazer e a cultura. Também significou o momento em que a comunidade negra comemorava a vida plenamente junto com seus pares.

A experiência do clube Ouro Preto está entrelaçada à história dos sujeitos que o frequentaram e ou tiveram conhecimento de sua existência, como Claudete Barbosa, que consideramos uma importante liderança negra na cidade de Butiá. Nesta parte da pesquisa, olhamos para o clube Ouro Preto a partir de sua trajetória de vida que muito nos diz sobre os eventos ocorridos na região carbonífera, mas que também nos permitiu enxergar os acontecimentos através de seus significados (Portelli, 1997). Claudete é filha e neta de trabalhadores mineiros, e seu avô e seu pai exerceram o ofício de capataz nas minas de carvão. Esta era uma função com certa relevância entre os trabalhadores das minas. Estes sujeitos representaram a presença negra nesta comunidade de trabalhadores disputando lugares sociais em uma sociedade hierarquizada racial e socialmente. A partir da história de vida de seu pai, Patrício, ficou demonstrado como Claudete constrói a narrativa de um homem muito importante na comunidade. Embora não tenha experienciado de forma ativa a vida no Ouro Preto, sua atuação contra o racismo se deu a partir do cotidiano no bairro onde morava com sua família - o Poço 2, por meio do trabalho e de ações pessoais. Como lembra D. Claudete: “Nós não tínhamos uma vida muito fácil, mas ele lutava muito, trabalhava muito, dobrava em baixo da mina para conseguir comprar o seu ternozinho de linho”. Assim, estar bem vestido não foi apenas uma escolha estética, mas uma ação política. Significou a busca por reconhecimento e respeito em uma sociedade onde a marginalização dos sujeitos negros era prática comum.

Após realizadas leituras não foi constatado até o presente momento desta pesquisa a presença de mulheres no trabalho das minas de carvão do Rio Grande do Sul. No entanto, elas desenvolviam trabalhos associados ao ofício do trabalhador mineiro tais como a lavagem de roupas, preparo de refeições, cuidados do banho e da casa (SPERANZA, 2020). Claudete Barbosa atuou como cozinheira em uma empresa metalúrgica da cidade, aprendeu o ofício com *Maria Preta* uma obstetra bastante importante da cidade. Os ofícios exercidos pelas duas nos contam sobre a importância da manutenção da vida para as mulheres negras, mas também nos permitiram compreender de que forma a construção destas profissões estiveram relacionadas à uma política histórica que atribuiu às mulheres negras lugares “não visíveis ao público” e associadas ao âmbito doméstico. Pudemos perceber as continuidades de uma política racista e

sexista de origem colonial (CARNEIRO, 2020). Duas mulheres que tiveram papel importante na manutenção do Clube Ouro Preto, uma através do trabalho de organização das atividades do clube e atualmente como guardiã da memória da organização e a outra pela presença nos eventos da sociedade.

O clube Ouro Preto permaneceu em atividade até meados dos anos 1980, sua estrutura foi se deteriorando com o tempo e hoje restam apenas suas ruínas e memória. Foi palco de festas, sociabilidade e solidariedade, mas também se fez história e esteve intimamente relacionado ao trabalho da mineração. Se mostrou espaço de resistência política pois proporcionou momentos em que a comunidade negra não vivia sob a luz do racismo.

Neste estudo, contamos um pouco da história do Ouro Preto no trabalho nas minas de carvão, falamos sobre suas atividades internas relacionadas ao carnaval e sobre trajetórias pessoais que atravessaram sua existência. Penso que esta pesquisa pode contribuir para que a memória e história do Ouro Preto tenha reconhecimento público, alcançando os campos acadêmico, das instituições públicas, da militância política e o campo do ensino na região carbonífera. Este foi um trabalho inicial sobre a presença negra na região, e que não se esgota em si mesmo, muito pelo contrário, suscitou ainda mais questionamentos sobre a temática e nos abriu as portas de um longo caminho a ser trilhado por pesquisas futuras.

Ao longo desta escrita surgiram muitas questões dentre as quais destaco: de que forma ocorreu a negociação para que fosse fundado um clube negro em meio à uma comunidade hierarquizada racialmente? Imagino quantas conversas, quanto “jogo de cintura” e preparação para o objetivo pleiteado. Outras questões que vagaram na minha mente dizem respeito às discussões relacionadas à raça negra. Neste assunto entraram questões mais atuais como noções de cor e o colorismo. Quem era considerado negro nesta sociedade? Eram debatidas questões políticas relacionados ao sujeito negro no Ouro Preto? Enfim, uma série de questões para pensarmos.

Nesse sentido, retomando nossa maior questão, percebeu-se que a Sociedade Recreativa Ouro Preto através de seus sócios e direção reagiu frente ao racismo existente na região carbonífera utilizando-se da inserção no trabalho das minas e negociação com o empresariado como estratégia política. Estratégia política no sentido de pleitear ganhos próprios - melhores condições de vida e enquanto possibilidade coletiva, uma vez que garantia aos sujeitos negros direitos de acesso à cultura e ao lazer.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral** (3º ed. rev. atual.). Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f. Disponível em: https://nc-www5.fgv.br/cursosgratuitos/cg/OCWHISEAD/base_rede/pag/assets/Indiv%C3%ADduo%20e%20biografia%20na%20hist%C3%B3ria%20oral.pdf. Acesso em 15 de abril de 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento - Coleção Feminismos Plurais, 2018.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.73-98, dez. 2008.
- ARAUJO, Gabriel. **BUTIÁ: Racismo, história e resistência**. Médiun. Disponível em: <https://medium.com/@ogabearaujo/buti%C3%A1-racismo-hist%C3%B3ria-e-resist%C3%Aancia-ff390aa2e5c6>. Acesso em 17 de janeiro de 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf.
- PODCAST: Clubes negros como espaço de cidadania: uma história popular do Brasil. Entrevistada: Fernanda Oliveira da Silva. Entrevistadora: Clarice Speranza. Porto Alegre. **Hora do Trampo**, 28 de jan. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0EA2YGXITRLM3besTY3f23?si=5e5896ca2c37450f>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. Negros no Brasil Meridional: associativismo no pós-Abolição. In MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Saggá, 2020, p. 22-37.
- ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- FREITAS, Tassiane de Mélo. **Das minas de carvão para os clubes de futebol e sociedades recreativas: experiência de classe entre o operariado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul (1930-1950)**. 313 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.
- GOFF, Jacques Le. **Documento monumento**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. Texto extraído da obra História e Memória. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

GOMES, Fabrício Romani; MAGALHÃES, Magna Lima. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeia no RS. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos (Orgs). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 272-293.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

JESUS, Nara Regina Dubois de. **Clubes Sociais Negros em Porto Alegre – RS: A análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade negra racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1937**. Vol. 1. 380 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

LONER, Ana Beatriz; Gill, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero- Americanos**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, 2009.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. 219 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul**. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição**. Editora Filhos da África, 2018.

NUNES, Georgina. Helena Lima. Ser mulher, sul mulher: “a gente tem que sempre fazer vento!”. In: SILVA, J.; PEREIRA, A. M. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014, p. 179-203.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência**: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002). 312 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, nº 14, São Paulo, fevereiro/1997.

BARBOSA, Claudete. **Projeto Vidas Negras** - Prefeitura Municipal de Butiá, Facebook, 17 de novembro de 2021, 4 min. e 23 segs. Disponível em: <https://fb.watch/bnzlb4fCW3/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun. Pp. 170-198, 2004.

Rosa, Marcus Vinícius Freitas da. Colônia Africana, arrabalde proletário: o cotidiano de negros e brancos, brasileiros e imigrantes num bairro de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

Rosa, Marcus Vinícius Freitas da. **Quando Vargas caiu no samba**: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Fernanda Oliveira. **Semana de 22: clubes negros mostraram um Brasil além de A Negra, de Tarsila**. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2022/02/23/semana-de-22-clubes-negros-mostraram-um-brasil-alem-de-a-negra-de-tarsila.htm>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

SILVA, Fernanda Oliveira. Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição do sul do Brasil *in* Coleção **Personagens negros do pós -abolição**. Niterói: EDUFF, 2020, p. 9-172.

SILVA, Fernanda Oliveira. **As lutas políticas nos clubes negros**: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). 278 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Fernanda Oliveira. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820- 1943). 278 P. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. 180 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SILVEIRA, Helen da Silva. **A força viva da cor preta**: associativismo negro como caminho no Vale do Rio Pardo/RS (1888-1940). 227 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SILVEIRA, Helen da Silva. **Eu négo que aqui só tenha branco**: experiências negras no pós-abolição na cidade de Venâncio Aires/RS. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, 1, nov. 2020-abr. 2021, p. 113-136.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Conflitos, solidariedade e formação de classe – Nacionais e estrangeiros nos primórdios da mineração de carvão do Brasil (1850-1950). **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 9 – nº1, dez, 2017.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. 272 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.